

LETÍCIA SANTOS BORÉM

**O MEDO DA VIOLÊNCIA COMO CAUSADOR DE TRANSFORMAÇÕES
NO ESPAÇO URBANO: O CASO DE MONTES CLAROS/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

B731m
2017

Borém, Letícia Santos, 1991-
O medo da violência como causador de transformações no
espaço urbano : o caso de Montes Claros/MG / Letícia Santos
Borém. – Viçosa, MG, 2017.
x, 101f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 93-98.

1. Espaços públicos - Montes Claros (MG). 2. Violência urbana. 3. Medo. 4. Arquitetura - Aspectos psicológicos. 5. Arquitetura e sociedade. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.


CDD 22 ed. 725.8151

LETÍCIA SANTOS BORÉM


**O MEDO DA VIOLÊNCIA COMO CAUSADOR DE TRANSFORMAÇÕES
NO ESPAÇO URBANO: O CASO DE MONTES CLAROS/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título *Magister Scientiae*.

APROVADA: 31 de março de 2017


Regina Esteves Lustoza


Anete Marília Pereira


Ítalo Itamar Caixeiro Stephan
(orientador)

A todas as pessoas
invisíveis que habitam
nossas cidades e que
têm que fazer do
cotidiano uma
incessante luta.

“Dos medos nascem as coragens.

Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia.”

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses dois anos trilhados no mestrado, algumas pessoas e instituições foram essenciais para a realização deste trabalho, merecendo sinceros agradecimentos.

Agradeço a minha mãe, Mary, por todo o apoio e amor incondicionais em todos os momentos da minha vida, por sempre me encorajar a seguir adiante, acreditando e incentivando meu trabalho. E por me ensinar os verdadeiros valores da vida.

À Bruna, por todo amor, companheirismo e suporte. Por ter sido meu porto seguro nos últimos anos, acompanhando todos os bons e maus momentos, dividindo comigo todos as dificuldades e alegrias. Pela importante ajuda no trabalho de campo. E, principalmente, por dividir comigo minhas maiores lutas e meus maiores sonhos.

Aos queridos amigos Vinícius e Matheus por terem sido pessoas fundamentais no processo seletivo e nos primeiros momentos de mudança à Viçosa, me ajudando de coração aberto, sempre que precisei.

À Lucas por ter me apresentado ao tema deste trabalho, ainda na graduação, e por ter sido um grande amigo e colega presente nos momentos importantes de minha vida acadêmica.

Aos amigos do grupo O’Bloco por me receberem de braços abertos e proporcionarem maravilhosas experiências com o Maracatu de Baque Virado e muitos momentos de alegria e diversão. E às queridas amigas do grupo Filhas de Aganju por se tornarem as amizades verdadeiras que fiz em Viçosa e que vou levar para o resto da vida. E por me ajudarem nos processos de empoderamento feminino e desconstrução diários. Sem vocês o caminho teria sido muito mais difícil.

Agradeço imensamente ao meu orientador, prof. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, por toda a gentileza, paciência, e preciosos ensinamentos passados a mim ao longo desses dois anos. Por ser um excelente profissional e uma pessoa maravilhosa, com um grande senso de justiça e respeito para com o próximo. Acredito que eu e esta pesquisa fomos muito beneficiados com as suas orientações.

Agradeço também aos professores: Regina Esteves Lustoza, Paulo Tadeu Leite Arantes e Teresa Cristina de Almeida Faria pelos ensinamentos e contribuições para o meu trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a todos os participantes da pesquisa, principalmente aos comerciantes e moradores dos bairros estudados, por serem tão solícitos, permitindo que essa pesquisa fosse concretizada.

Manifesto minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa pela oportunidade de ingressar no mestrado, dando início à minha, tão almejada, carreira acadêmica. E um agradecimento especial aos funcionários Coutinho e Ana Cláudia por estarem sempre dispostos a ajudar e a ouvir.

A todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho, meus sinceros agradecimentos! Sem vocês nada disso teria sido possível!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A violência e o medo	6
1.1 O processo de urbanização capitalista e a noção de violência urbana...7	
1.2 O medo da violência.....	11
1.3 A mídia do medo.....	14
1.4 A indústria do medo.....	17
CAPÍTULO 2: As transformações no espaço urbano	21
2.1 Transformações causadas no espaço urbano pela violência intrínseca ao processo de urbanização capitalista.....	22
2.1.1 A dispersão urbana.....	22
2.1.2 A estigmatização territorial.....	25
2.1.3 A segregação socioespacial.....	28
2.2 Transformações causadas no espaço urbano pela reação ao medo da violência criminal.....	33
2.2.1 A arquitetura do medo.....	33
2.2.2 O esvaziamento do espaço público.....	36
CAPÍTULO 3: O caso de Montes Claros/MG	41
3.1 Montes Claros /MG: uma cidade média.....	42
3.2 Criminalidade e medo em Montes Claros/MG.....	55
3.3 Transformações causadas pelo medo: uma análise dos bairros Vila Oliveira e Jardim Panorama.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
ANEXO I – Roteiros de entrevistas	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Notícia sobre o crescimento da indústria de segurança.....	18
Figura 02 - Notícia sobre o crescimento da indústria de segurança.....	18
Figura 03 - Alternativas de segregação metropolitana.....	30
Figura 04 - Localização de Montes Claros e do Norte de Minas.....	43
Figura 05 – Mancha Urbana de Montes Claros na década de 1970.....	49
Figura 06 – Malha urbana de Montes Claros de 1970 a 2000.....	51
Figura 07 – Mapa urbano de Montes Claros com vetores de expansão e rodovias.....	53
Figura 08 – Esquema eixos de expansão de Montes Claros.....	54
Figura 09 – Registros de crimes violentos contra o patrimônio (2016).....	56
Figura 10 – Concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros (2010 – 2014).....	61
Figura 11 – Localização da região dos bairros de estudo.....	64
Figura 12 – Delimitação dos bairros de estudo.....	66
Figura 13 – Uso residencial por classes de renda.....	68
Figura 14 – Infraestrutura bairro Vila Oliveira.....	69
Figura 15 – Infraestrutura bairro Vila Oliveira.....	69
Figura 16 – Infraestrutura bairro Jardim Panorama.....	70
Figura 17 – Infraestrutura bairro Jardim Panorama.....	70
Figura 18 – Localização dos participantes da pesquisa.....	72
Figura 19 – Mapeamento das áreas fotografadas.....	79
Figura 20 – A arquitetura do medo no bairro Jardim Panorama.....	80
Figura 21 – A arquitetura do medo no bairro Jardim Panorama.....	81
Figura 22 – A arquitetura do medo no bairro Vila Oliveira.....	81
Figura 23 – A arquitetura do medo no bairro Vila Oliveira.....	80
Figura 24 – Espaço público (Jardim Panorama).....	83
Figura 25 – Espaço público (Jardim Panorama).....	83
Figura 26 – Espaço público (Jardim Panorama).....	84
Figura 27 – Espaço público (Jardim Panorama).....	84
Figura 28 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira).....	85
Figura 29 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira).....	86

Figura 30 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira).....	86
Figura 31 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira).....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Crescimento demográfico de Montes Claros/MG.....	45
Gráfico 02 – Taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes.....	55
Gráfico 03 – Taxa de crimes contra o patrimônio por 100 mil habitantes.....	56
Gráfico 04 – Evolução do número de crimes violentos em Montes Claros/MG..	57
Gráfico 05 – Relação entre número de crimes violentos e população estimada...59	

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução da população urbana e rural de Montes Claros/MG.....	47
Tabela 02 – Relação entre número de crimes violentos e poulação estimada.....	60
Tabela 03 – Entrevistas com comerciantes dos bairros de estudo.....	73
Tabela 04 – Número de crimes violentos (2005 – 2015).....	77

RESUMO

BORÉM, Letícia Santos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2017.
O medo da violência como causador de transformações no espaço urbano: o caso de Montes Claros/MG. Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Este trabalho se dedica a investigar como o medo da violência causa transformações no espaço urbano e na sociedade através do estudo de caso da cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Nesse sentido, as análises iniciais foram feitas através de pesquisa bibliográfica acerca da violência urbana, do medo e de seus intensificadores – a mídia do medo e a indústria do medo. E, também, sobre cinco transformações causadas no espaço urbano pela violência intrínseca ao processo de urbanização capitalista – a dispersão urbana, a estigmatização territorial, a segregação socioespacial – e pelo medo da violência criminal - a arquitetura do medo e o esvaziamento do espaço público. Após a investigação teórica acerca dos conceitos utilizados, foi feita a identificação e análise desses processos no espaço urbano de Montes Claros. Primeiramente, foi realizada uma caracterização do crescimento econômico e demográfico da cidade e uma investigação a partir de dados criminais e de entrevistas com um membro da Polícia Militar e com um empresário do ramo da segurança privada para compreender como a criminalidade e a busca por proteção se manifestam na cidade. Além disso, foram selecionados dois bairros de Montes Claros para que se investigasse como o medo da violência e as transformações causadas por ele se manifestam nesses espaços. Como parte da metodologia foram realizadas análises visuais por meio de fotografias dos bairros e entrevistas com comerciantes e moradores dessas áreas com o intuito de compreender como o medo da violência e suas consequências são vivenciados no cotidiano da população. Os resultados comprovaram que o medo da violência causa transformações no espaço urbano das áreas de estudo e no convívio social de sua população. Todos os processos abordados na pesquisa bibliográfica puderam ser observados e comprovados no caso de Montes Claros/MG. A problemática do medo da violência está presente de forma concreta no espaço urbano das cidades e traz consequências que interferem na qualidade de vida da população, fato que mostra que esse debate é pertinente e importante para o estudo das cidades.

ABSTRACT

BORÉM, Leticia Santos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2017.
The fear of violence as causer of transformations in the urban space: the case of Montes Claros/MG. Adviser: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

This work investigates how the fear of violence causes transformations in the urban space and in society through the case study of Montes Claros, Minas Gerais. In this sense, the initial analyzes were made through bibliographic research about urban violence, fear and its intensifiers – the media of fear and the industry of fear. And, also, about five transformations caused in the urban space by the intrinsic violence in the capitalist urbanization process – the urban sprawling, the territorial stigmatization, the sociospatial segregation – and by the fear of criminal violence - the architecture of fear and the public space emptying. After the theoretical investigation about the concepts, the identification and analysis of these processes were made in the urban space of Montes Claros. First, a characterization of the economic and demographic growth of the city was made and an investigation through criminal data and interviews with a Police member and with a businessperson from the private security market to understand how the criminality and the search for protection manifest in the city. Besides this, two neighborhoods of Montes Claros were selected to investigate how the fear of violence and its transformations happen in these spaces. As a part of methodology, visual analysis were made through pictures and interviews with merchants and residents of the area aiming to understand how the fear of violence and its consequences are experienced in the population's daily. The results proved that the fear of violence causes transformation in the urban space of the studied areas and in the population's social life. All the processes shown in the bibliographical research could be observed and proved in the case of Montes Claros/MG. The fear of violence problem is present in a concrete way in cities urban space and brings consequences that interfere in the population's quality of life, fact that shows that this debate is pertinent and important to the study of cities.

INTRODUÇÃO

A chamada “violência urbana” é uma questão presente no cotidiano das cidades brasileiras, vivenciada na prática, na mídia, no discurso das autoridades políticas e nas conversas informais da população. Conseqüentemente, com esse fenômeno, o medo e o sentimento de insegurança vão se proliferando na sociedade, causando conseqüências que geram transformações no espaço urbano e no convívio social.

O conceito de violência urbana tem sido questionado por estudiosos da geografia, das ciências sociais e do planejamento urbano e regional. A violência urbana sempre foi – e ainda é – relacionada simplesmente à noção de criminalidade pela mídia, pelo poder público e pela população, em geral. Desde a década de 1990, algumas pesquisas vêm alertando para a importância de considerar fatores sociais e econômicos ao se tratar da violência urbana (CARVALHO, 1995). Existem estudos que aprofundam na questão da violência urbana com o intuito de mostrar que essa problemática é uma realidade intrínseca ao processo de urbanização capitalista em que as cidades brasileiras estão inseridas (SAMPAIO, 2015; SAMPAIO, 2011). A lógica da propriedade privada dos meios de produção e da terra – inerente ao capitalismo – gera a expropriação ou a exclusão que são processos que se realizam por meio da violência (HARVEY, 1982). A violência, então, é utilizada e reproduzida a partir do processo de urbanização capitalista, desde a constituição da sociedade e, por isso, não deve ser reduzida apenas à índices e estatísticas criminais.

O medo está atrelado a questões sociais que a violência urbana carrega, como a exclusão social, o estigma e a discriminação (BAIERL, 2004; SÁ, 2000; VELHO, 1991; ROSA *et al.*, 2012; HOPENHAYN, 2002) e não depende de uma situação de risco iminente ou de uma ameaça real para que se manifeste, justamente por ser parte de toda uma conjuntura social e estrutural da sociedade capitalista (SILVA; FILHO, 2013; BAIERL, 2004).

A violência criminal é divulgada, enfatizada e proliferada a todo momento através da mídia e das empresas de segurança privada - a chamada indústria do medo. Esses agentes, ao expor a violência de forma descontrolada, acrítica e superficial acabam despertando e aumentando a sensação de medo, o sentimento

de insegurança e o pânico na população, mesmo que a violência não seja, de fato, vivenciada na realidade (SOUZA, 2008; ADORNO, 1995; CALDEIRA, 2000; BAIERL, 2004; CUBAS, 2002; CARRIÓN, 2008).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar quais são as consequências provocadas pelo medo da violência presente no cotidiano das cidades e como esse fenômeno vem modificando o espaço urbano e a vida urbana, de modo geral. Já os objetivos específicos têm relação com o estudo de caso da pesquisa e se constituem em: investigar se a violência e o medo causam modificações físicas e sociais no espaço urbano da cidade de Montes Claros – MG e analisar como as consequências urbanas e sociais causadas pelo medo da violência se manifestam em dois bairros de diferentes classes sociais da cidade.

Após a pesquisa bibliográfica acerca dos processos gerados pela “violência” intrínseca ao processo de urbanização capitalista e sobre as reações ao medo da violência que geram transformações na arquitetura, no espaço urbano e na convivência social, foi possível partir para a investigação da temática deste trabalho no espaço urbano da cidade de Montes Claros.

É importante salientar que o presente trabalho não tem a intenção de abordar a temática da violência como causadora de transformações no espaço urbano a partir do viés da criação e proliferação dos condomínios fechados, que é uma problemática óbvia no espaço das cidades, mas sim, estudar o que acontece na estrutura urbana das cidades, a partir do crescimento do medo da violência.

Sendo assim, para a realização desta pesquisa, utilizou-se o método “estudo de caso”. Este método se mostrou pertinente para este estudo pois, através dele, foi possível averiguar a forma como as transformações causadas pelo medo da violência se manifestam na prática e no cotidiano de uma cidade. Montes Claros – MG foi a cidade escolhida para o estudo de caso por se tratar de uma cidade média, polo regional e centralidade da região do Norte de Minas, exercendo importante papel de centro polarizador da região (FRANÇA, 2007). Além disso, Montes Claros é considerada uma cidade violenta, com altos índices criminais e, conseqüentemente, com a presença do medo da violência na população.

A partir da escolha de Montes Claros para o estudo de caso, foram definidos dois bairros da cidade a serem analisados durante a pesquisa. A utilização de dois bairros fez com que o estudo se delimitasse, sendo possível fazer uma investigação mais detalhada do problema. Primeiramente, foram estabelecidos três critérios para a escolha dos bairros, sendo eles: 1) serem bairros de diferentes contextos sociais, sendo possível analisar como o medo da violência se manifesta em cada realidade; 2) serem bairros limítrofes, facilitando a análise espacial e a investigação de como se dá a relação do medo entre esses bairros; 3) serem bairros antigos da cidade, para que fosse possível analisar como as transformações foram ocorrendo ao longo do tempo. Após avaliação da malha urbana de Montes Claros, baseada nos critérios mencionados, constatou-se dois potenciais bairros para a pesquisa: o bairro Vila Oliveira e o bairro Jardim Panorama.

A partir da definição dos bairros de estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro agentes previamente selecionados, sendo eles: 1) representante da Polícia Militar, abordando como a violência vem evoluindo na cidade e quais as mudanças percebidas nas questões relacionadas à proteção contra a violência; 2) empresa de segurança privada, colhendo informações sobre quais tipos de produtos e serviços de segurança estão sendo mais procurados e utilizados nas edificações e como isso foi modificando ao longo do tempo na cidade; 3) dois comerciantes de cada bairro selecionado, pois estes presenciam e observam a vida cotidiana e estão envolvidos na dinâmica social desses locais, sendo capazes de fazer observações relacionadas às transformações urbanas e sociais percebidas nos bairros de análise; 4) três moradores antigos de cada bairro, com o intuito de investigar qual a percepção desses indivíduos acerca do medo da violência e das modificações geradas por ele, e como se dão as relações entre as populações dos dois bairros nos aspectos referentes ao medo da violência.

Além das entrevistas, foi realizada pesquisa documental em estatísticas criminais da cidade de Montes Claros fornecidas pela Polícia Militar, afim de se observar como a violência vem crescendo no município nos últimos anos, no que tange aos crimes cometidos contra o patrimônio e contra a pessoa. E, por fim, foi realizada análise visual dos bairros por meio de fotografias com o intuito de

observar como o medo da violência vem provocando reações e quais são as transformações perceptíveis no espaço urbano destes bairros.

Por meio do processamento de toda a investigação teórica e dos dados e informações colhidas em campo, foi possível analisar como o medo da violência causa transformações para o espaço e para a vida urbanos nos bairros estudados e em Montes Claros, como um todo.

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos e suas subdivisões, sendo o primeiro e o segundo capítulos fundamentações teóricas sobre o tema de estudo. O capítulo 1 do trabalho trata sobre o medo da violência, sua caracterização, as questões sociais referentes a ele e seus agravantes – a “mídia do medo” e a “indústria do medo”.

No segundo capítulo, deu-se sequência a investigação teórica da pesquisa, abordando, no item 2.1, as transformações causadas no espaço urbano pela violência intrínseca ao processo de urbanização capitalista (a dispersão urbana, a estigmatização territorial e a segregação socioespacial) e, no item 2.2, as transformações causadas pela reação ao medo da violência criminal no espaço urbano e na sociedade (a arquitetura do medo e o esvaziamento do espaço público). Cada uma dessas transformações foi abordada, separadamente, como um subitem do capítulo.

O terceiro e último capítulo trata do caso de Montes Claros – MG. Primeiramente foi feita uma caracterização do crescimento econômico e demográfico da cidade. Depois, foi apresentado um panorama da criminalidade, do medo da violência e do aumento da proteção ao longo dos anos na cidade a partir de estatísticas e entrevistas com um membro da Polícia Militar e com um empresário do ramo da segurança privada. E, posteriormente, partiu-se para a análise dos bairros selecionados, que se constitui como o estudo de caso da pesquisa. Para isto, foi realizada análise visual dos bairros a partir de fotografias e mapas e uma investigação sobre a temática do medo da violência e suas consequências através de entrevistas feitas com moradores e comerciantes de cada bairro.

O trabalho pretende contribuir ao debate de uma temática atual e latente no cotidiano das cidades brasileiras que é o medo da violência e as consequências

geradas por ele no espaço urbano e na sociedade. Diante da conceituação teórica e da investigação prática da temática proposta, a pesquisa traz questionamentos e problemáticas que devem ser levadas em consideração ao se tratar de qualquer cidade brasileira.

CAPÍTULO 1
A VIOLÊNCIA E O MEDO

Neste capítulo será abordado como a violência se manifesta dentro da sociedade e, principalmente, dentro do processo de urbanização capitalista. Será discutida a necessidade de se entender mais profundamente a chamada “violência urbana”, partindo da origem dessa problemática presente no espaço urbano. A partir disso, será possível discutir o medo da violência - tema central deste trabalho - caracterizando-o e tratando de outras duas variáveis ligadas a este tema: a mídia do medo e a indústria do medo, que são questões que reforçam e ampliam o medo da violência. Com essa abordagem, torna-se possível a análise do medo da violência em sua esfera social e espacial, possibilitando então, a investigação de como esse medo pode causar transformações no espaço urbano, que se configura como o estudo principal desta pesquisa.

1.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CAPITALISTA E A NOÇÃO DE VIOLÊNCIA URBANA

Para que seja possível tratar sobre as transformações causadas pelo medo da violência é necessário que se compreenda, primeiramente, o que é essa violência e qual a sua origem. Mais precisamente, é necessário que se entenda no que consiste a violência urbana e qual é a sua ligação com o processo de urbanização capitalista. O termo violência urbana, quando tratado no cotidiano pela população, pela mídia e pelo poder público está, normalmente, vinculado à uma noção superficial de criminalidade, que considera a violência urbana apenas no âmbito da quantificação de crimes cometidos nas cidades. No entanto, é importante que se explicita a complexidade que abrange o termo “violência urbana”. Carvalho (1995) em seu estudo intitulado “Cidade escassa e violência urbana” faz um panorama sobre como os estudos e análises sobre a violência urbana foram se alterando ao longo do tempo. A autora afirma que no início da década de 1970, alguns estudos sociológicos procuravam analisar a violência urbana sem dar atenção às especificidades de cada cidade e sem considerar importantes variáveis como a econômica e a social. Na década de 1990 - época de publicação do trabalho – Carvalho (1995) mostra que alguns estudos começaram a apontar para questões mais amplas, como as situações sociais e econômicas de cada local e época. A autora afirma que:

[...] as abordagens que privilegiam as redes estabelecidas pelo crime e analisam a violência urbana como uma relação social que tem demonstrado capacidade de organizar e articular esferas cada vez mais amplas da sociedade constituem, atualmente, o campo em maior evidência. Dele participam as pesquisas sobre as especificidades de cada cidade tomada isoladamente, trazendo referências oriundas, em larga medida, da etnografia e da historiografia social, as quais conferem um novo significado e um novo valor explicativo à qualidade “urbana” da violência. (CARVALHO, 1995: 57)

Essa nova forma de abordagem no estudo da violência urbana, surgido nos anos 1990, já evidenciava um certo avanço na maneira como o tema era discutido pelos pesquisadores. Entretanto, essa abordagem não considera que o processo de urbanização capitalista pelo qual as cidades passam é intrinsecamente violento. Sampaio (2015) aprofunda mais o estudo sobre a caracterização da violência urbana e chama a atenção para a necessidade de se compreender que o processo de urbanização capitalista carrega a violência como uma de suas características. Sobre a forma como o termo violência urbana era tratado, a autora reforça que há uma certa proximidade entre as noções de violência urbana e de criminalidade e afirma que a temática da violência urbana é problemática, destacando que:

Essa temática, muito presente na imaginação das pessoas e fortemente ligada a uma representação que se tem da vida nas grandes cidades, revelava uma potência analítica e, ao mesmo tempo, se apresentava de forma turva, obscurecida pelas inúmeras opiniões não fundamentadas, análises pouco explicativas, notícias muitas vezes preconceituosas que conseguiam deixar, do novo ponto de vista, um tema rico e complexo bastante confuso, quase ininteligível. (SAMPAIO, 2015: 55)

Percebe-se, portanto, que o termo violência urbana sempre foi tratado de forma abrangente e vaga. Com base nessa premissa, a autora passou a analisar a relação entre violência e o espaço urbano a partir de uma “[...] articulação importante com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais” (SAMPAIO, 2015: 56). Contudo, essa análise sobre a violência urbana começa a fazer mais sentido quando passa a ser vista de outro ângulo, em que “[...] ao invés da reflexão sobre os sentidos e os conteúdos daquilo que se compreende como violência urbana, passamos a considerar o objeto de reflexão teórica, o processo de urbanização capitalista como um processo essencialmente violento” (SAMPAIO, 2015: 56).

É imprescindível que o processo de urbanização pelo qual o Brasil tem passado seja analisado quando se tem o intuito de avaliar problemáticas e temas

relacionados ao espaço urbano. A violência se mostra como um elemento que está intrinsecamente ligado ao processo de urbanização capitalista, pois, se configura como um dos elementos que fundamentam tal processo.

Para Sampaio (2015), a violência do processo de urbanização capitalista pode ser vista de vários ângulos e um deles se refere à instituição da propriedade privada dos meios de produção e da terra, que é uma das lógicas gerais do capitalismo, e que possibilita legalmente o domínio sobre a posse (que significa o domínio dos meios de produção, da propriedade fundiária e da riqueza social). Sendo assim, a expropriação de uma grande parte da população surge como consequência inevitável de todo esse processo. David Harvey (1982), em seu estudo sobre o ambiente construído das sociedades capitalistas avançadas afirma que

A terra é [...] uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida. (HARVEY, 1982: 8-9)

Com isso, Harvey mostra que a apropriação da renda e a propriedade privada acabam por excluir o trabalho da terra (ou do espaço) como condição de produção e de vida, afetando negativamente os que não detém do poder capitalista. Sendo assim, “o poder monopolístico, conferido pelos arranjos da propriedade privada, gera não apenas o poder de se apropriar da renda, mas também confere aos proprietários o controle de um “monopólio natural” do espaço” (MARX, 1867 *apud* HARVEY, 1982: 9). Essa exclusão, ou expropriação, gerada pela lógica capitalista da propriedade privada se dá pela violência, sendo essa, presente não só nos métodos em que a expropriação é efetivada, mas também em todos os malefícios sociais, econômicos e políticos daí resultantes. A partir dessas afirmações, constata-se que a classe dominante detentora da apropriação da renda e da propriedade privada acaba adquirindo o poder de estabelecer a direção e os conteúdos do processo de urbanização, o que o transforma em um processo segregador e elitista. Portanto, se esse poder da classe dominante fosse destituído, conseqüentemente, grande parte dos fundamentos do processo de urbanização capitalista seriam também destituídos, dentre eles, a violência (SAMPAIO, 2015).

Desse modo, quando se compreende que a violência é inerente ao processo de urbanização capitalista, passa-se a excluir o conceito de violência urbana relacionado apenas à noção de criminalidade, e assim, as consequências e problemas urbanos associados ao espaço passam a ser vistos de um outro ângulo, como, por exemplo, a segregação socioespacial¹. Segundo Castells (1983), a segregação se dá através da atuação dos agentes de produção do espaço e permite a reprodução das forças de trabalho, reflexo da estrutura social, e acaba transformando a cidade em uma expressão da atuação da sociedade no espaço urbano, através do ambiente construído. A segregação se configura, assim, como “[...] um processo de “empurramento” dos pobres para espaços desprezados pelas elites e pela pequena burguesia” (SOUZA, 2006: 466). Sampaio (2015), baseada na teoria de Caldeira (2000), mostra que: como a instituição da propriedade privada é desdobrada a partir da exclusão, ou da expropriação, a segregação socioespacial está presente já nas relações advindas da instituição da propriedade privada, podendo assim ser descartada a interpretação de que a segregação está apenas ligada a escolhas dos indivíduos provocadas pelo medo da criminalidade. A segregação socioespacial passa, então, a ser analisada como condição e fundamento da instituição da propriedade privada e da urbanização capitalista. Consequentemente, a segregação socioespacial se mostra como resultado da violência intrínseca ao processo de urbanização capitalista que, ao incorporar a lógica da propriedade privada, reforça a expropriação e a exclusão como seus efeitos (SAMPAIO, 2011).

Com base nessa conceituação e entendimento acerca das noções de violência urbana; da fundamentação do processo de urbanização capitalista através da violência; e da forma como se dão as relações e as consequências relativas a esses processos, é possível que se compreenda e discuta o medo da violência e as transformações no espaço urbano que se concretizam através dele.

¹ O fenômeno da segregação socioespacial será tratado de forma mais aprofundada no segundo capítulo desta dissertação, onde serão avaliadas as transformações ocorridas no espaço urbano causadas pelo medo da violência, sendo a segregação socioespacial uma dessas consequências.

No próximo item será abordada a definição do medo da violência, como ele é construído e quais são as questões sociais e espaciais que devem ser consideradas sobre o tema.

1.2 O MEDO DA VIOLÊNCIA

Antes que se aborde o medo da criminalidade e da violência existente nas cidades, é necessário que se entenda o conceito de medo em si. Existem várias abordagens sobre a caracterização psicológica e social do medo. Neste trabalho, será adotado o conceito de que o medo se define como um sentimento de pavor, angústia ou alarme frente a uma consciência ou expectativa de perigo (WARR, 2000). Biologicamente, o hipotálamo reage a este estado de alerta, provocando, principalmente, reações endócrinas com a liberação de hormônios, o que resulta em diversos tipos de sentimentos e comportamentos (DELUMEAU, 1996).

Deve-se entender que o medo não se resume apenas às reações físicas, biológicas e psicológicas, e que, além disso, não se manifesta somente perante a iminência real de perigo, ou seja, “[...] não se resume a uma probabilidade real de um indivíduo ser ou não vítima de um crime [...]” (SILVA; FILHO, 2013: 157). O medo está, na maioria das vezes, relacionado às questões sociais. Baierl (2004) em seu livro intitulado “Medo Social” enfatiza que o risco ou perigo enfrentados quando se tem medo pode ser real ou imaginário. Para a autora:

O medo se configura como um sentimento natural, intrínseco aos seres viventes, racionais e irracionais. É um sinal de alerta de que estamos correndo alguns riscos. No entanto esse risco pode ser real, imaginário ou potencial. Se o medo é real, o risco que se corre pode ser potencial ou imaginário e não necessariamente real. O medo nos mobiliza para ficarmos atentos. A questão que se coloca é o medo condicionado socialmente e o uso que se faz desse medo. (BAIERL, 2004: 37)

É importante que se entenda essa dimensão social do medo, pois é a partir dessa visão que se torna possível a compreensão do denominado medo da violência ou medo do crime. Baierl (2004) baseia seu trabalho na análise dessa conjuntura do medo do crime a partir de sua forma social. A autora denomina medo social como um medo que tem sua origem na própria dinâmica da sociedade e que é produzido em determinados contextos sociais, por determinados grupos de pessoas, com o objetivo de dominar e controlar outros indivíduos e outros grupos, por meio da coerção e da intimidação. Sendo assim, o fim último do medo social é

submeter pessoas e coletividades a interesses próprios de quem produz o medo (BAIERL, 2004).

A violência e o medo social estão diretamente vinculados às diferentes formas de exclusão, e a análise do medo da violência perpassa, inevitavelmente, pelas lógicas de exclusão social. Rosa *et al.*, em seu estudo intitulado “Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas” afirma que “[...] o debate em torno da violência tende a expressar com maior intensidade a exclusão social concretizada na discriminação daqueles que já carregam o estigma de potenciais marginais e delinquentes [...]” (2012: 830). Este estigma está associado, principalmente, aos “estrangeiros”, aos “externos”, aos que vem de fora, aos diferentes. Essas diferenças, na maioria das vezes, fazem referências não só a questões espaciais, mas também - e principalmente - a situações socioeconômicas e raciais nas quais essas pessoas estão inseridas. São os negros, os pobres e os marginalizados que acabam sendo taxados de criminosos e estigmatizados pela sociedade. Com essa associação, passa a se propagar um sentimento de suspeita, insegurança e medo para com esses indivíduos (SÁ, 2000; VELHO, 1991; ROSA *et al.*, 2012; SAMPAIO, 2011). Hopenhayn reafirma essa exclusão, constatando que

O fantasma da violência opera generalizando a segregação e o estigma social. O jovem, homem e de baixa renda encarna a possibilidade de uma agressão ou de um roubo. [...] Se ele transgride as fronteiras invisíveis do território de pertença, poderá ser requerido pela polícia, impedido de entrar em locais comerciais, ou no mínimo eletrizado por olhares que o desnudam para ver por trás da sua aparência um corpo em busca de uma vítima (mas quem é a vítima?). (HOPENHAYN, 2002: 15)

Por um outro lado, alguns estudos mostram que muitas vezes - apesar do estigma e do medo social relacionado aos que são “de fora” - quando há integração social e uma relação de confiança em uma vizinhança ou grupo, o medo da violência acaba se apresentando em menores níveis do que em vizinhanças onde esse tipo de comportamento não é percebido (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997). Portanto, assim como o medo da violência está ligado às questões sociais, a sensação de segurança também tem relação com fatores sociais e psicológicos referentes à comunidade e ao nível de apoio existente em cada vizinhança, sendo que “[...] um maior grau de interação entre os

vizinhos implica um menor sentimento de medo do crime” (SILVA; FILHO, 2013: 165).

Como já foi referido anteriormente, o medo da violência existe, independentemente, da presença de um risco real e iminente, pois está relacionado a premissas sociais. A partir desse pressuposto, alguns estudos apontam que a redução do número de crimes nas estatísticas criminais, não significa, necessariamente, uma redução do medo da violência ou da sensação de insegurança. (ROSA *et al.*, 2012; PEIXOTO; LIMA; DURANTE, 2004). Lozano (2006), em sua pesquisa sobre o medo e a insegurança na Cidade do México, constatou que os índices de criminalidade mostraram um decréscimo no número de delitos na cidade, passando de 255 mil em 1997 para 177 mil em 2000. O autor afirma que, devido à queda nas estatísticas criminais, o governo da Cidade do México defende que a cidade se tornou mais segura, porém, a população argumenta exatamente o contrário, afirmando que a insegurança faz com que seja quase impossível viver na cidade. Essa contradição é analisada pelo autor a partir de uma abordagem de caráter sócio psicológica, onde são consideradas duas variáveis: a atividade delitiva e a percepção do delito. A atividade delitiva corresponde à realidade “objetiva”, ou seja, ao que está registrado nas estatísticas e que o governo acredita ser a base do fenômeno segurança – insegurança. Já, a percepção do delito é a realidade “subjéctiva”, ou seja, a elaboração cognitiva que reflete a percepção individual de quem presencia o delito. Sendo assim, pessoas que já foram vítimas de algum crime acabam interpretando e vivenciando a insegurança de uma forma muito mais intensa, aumentando, assim, a percepção do medo do crime (LOZANO, 2006; SILVA; FILHO, 2013). De acordo com Lozano,

Ter sido vítima de um delito coloca as pessoas em uma posição social a partir da qual se interpreta o fenômeno da insegurança. Essa posição social está pré-determinada pelo medo, a ansiedade, o temor e a angústia. E é precisamente a partir desta posição que se constrói uma perspectiva que serve de base para avaliar e valorar os acontecimentos da vida cotidiana em que estão envolvidas pessoas que foram vítimas de um delito². (LOZANO, 2006: 20)

² Tradução da autora

Desse modo, entende-se que o medo exerce um papel muito importante na noção que a população tem da violência e da criminalidade, independente do que é analisado estatisticamente. Mesmo sendo constatada redução no número de crimes, “[...] a redução identificada não repercute de maneira positiva na modulação dos sentimentos de insegurança e medo [...]” (ROSA *et al.*, 2012: 828).

Além da vitimização, existem outros fatores que influenciam no medo da violência e na forma como a população percebe a insegurança nas cidades. Um desses fatores está ligado à forma como os meios de comunicação, cotidianamente, tratam as questões de insegurança e de violência urbana. O medo vai sendo propagado pela mídia e absorvido pela população, seja através da divulgação de estatísticas sobre violência, ou pela veiculação diária de notícias sobre crimes de forma generalizada. Partindo de tal pressuposto, no próximo item será abordada a maneira como a mídia influencia no medo da violência.

1.3 A MÍDIA DO MEDO

Os meios de comunicação, de um modo geral, exercem um papel muito importante na sociedade. Sem eles, não seria possível que as pessoas tivessem acesso à informações e acontecimentos, o que as limitaria apenas à sua realidade mais próxima. Entretanto, a mídia também representa uma forma de poder que possui papéis muito significativos, influenciando, por exemplo, na formação das agendas públicas e governamentais; nas relações sociais entre diferentes grupos; na opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; dentre outros (FONSECA, 1991).

A violência e a criminalidade são assuntos presentes em todos os meios de comunicação de forma generalizada. Os jornais impressos, as revistas, os noticiários e programas de televisão veiculam, incessantemente, notícias ligadas a todos os tipos de crime, tratando a violência como uma temática prioritária (MAIA; FEITOSA, 2012). Ao expor os fatos, para além dos limites de onde ocorreram, a mídia assume uma condição de testemunha privilegiada e passa a ser um ator social importante desses fatos. Dessa maneira, a mídia atribui sentidos próprios aos atos de violência a partir de como os seleciona, edita e veicula para a

população e, com isso, ao divulgá-los, expõe os fatos a outros atores sociais que estão em posições variadas com relação aos atos criminosos, fazendo com que tais atores passem a produzir seu próprio sentido sobre essas notícias. Estes sentidos refletem suas visões específicas de mundo e acabam por orientar práticas sociais, políticas e culturais (RONDELLI, 1998).

Souza (2008), em sua obra intitulada “Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana” confirma que existe uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta e que expõe, de modo acrítico e superficial, informações sobre crimes violentos na televisão, nos jornais e, com isso, acaba por retroalimentar a própria violência. A partir disso, as pessoas passam a perceber a violência de forma individual e, muitas vezes, não condizente com a realidade, pois são influenciadas pelo medo do que lhes é apresentado pela mídia. Segundo Adorno (1995: 186-187), a mídia faz uma leitura dos índices de criminalidade de forma superficial, apresentando-os como se estivessem sempre em expansão, o que nem sempre condiz com a realidade, mas, apesar disso “continua existindo na população uma percepção de aumento da criminalidade e, em especial, da criminalidade violenta”. Essa percepção traz como consequência o sentimento de insegurança e o medo generalizado.

Nesse mesmo contexto, Caldeira (2000) afirma que a “fala do crime”³ – que corresponde a todo e qualquer tipo de conversa, narrativa, comentário que tem como tema central o crime e o medo – chama a atenção e é contagiante, mas, também é fragmentada e repetitiva. Essa repetição “[...] serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Assim, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada” (CALDEIRA, 2000: 27). Nitidamente, a mídia tem papel fundamental na propagação e perpetuação da fala do crime na sociedade.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a mídia promove visibilidade à violência, ela procura introduzir ordem onde há caos, indicando aos telespectadores horários e locais onde a violência ocorre, alertando potenciais

³ O termo “fala do crime” foi cunhado pela autora Teresa Pires do Rio Caldeira e faz parte de seu livro intitulado “Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo”.

riscos ao afirmar que certos bairros da cidade são violentos ou devem ser evitados, assumindo, assim, uma postura de alertadora. Entretanto, essa postura acaba refletindo e reafirmando processos de exclusão social e reforçando estigmas sociais que estão diretamente relacionados ao medo da violência (SARAVÍ, 2008). Caldeira (2000) confirma essa ideia, dizendo que

Mais do que manter um sistema de distinções, as narrativas sobre o crime criam estereótipos e preconceitos, separam e reforçam desigualdades. Além disso, na medida em que a ordem categorial articulada na fala do crime é a ordem dominante de uma sociedade extremamente desigual, ela tampouco incorpora experiências dos grupos dominados (os pobres, os nordestinos, as mulheres etc.); ao contrário, ela normalmente os discrimina e criminaliza. (CALDEIRA, 2000: 43)

Assim, a mídia não só perpetua a fala do crime, ampliando o sentimento de insegurança e o medo da violência, mas também intensifica processos de exclusão social a partir da veiculação exacerbada e detalhada da temática da criminalidade e da violência, quase sempre vinculada à contextos sociais de pobreza. A mídia acaba participando na construção de um imaginário de medo que associa atos violentos apenas com a população pobre e segregada da sociedade.

Como foi exposto por Caldeira (2000), a fala do crime chama a atenção, é contagiante e está presente em narrativas diárias de forma detalhada. Por esse motivo, a mídia encontra na violência uma grande fonte de audiência e lucro. Os órgãos da mídia, como as emissoras de televisão, rádios, revistas e portais, que atuam na esfera pública são, na sua grande maioria, empresas privadas que objetivam o lucro e visam o interesse de grupos que as representam (FONSECA, 1991).

Tal fato explica a espetacularização e o sensacionalismo na divulgação da criminalidade e da violência por parte da mídia. Magalhães (2009: 22) afirma que “A mídia tem tratado a violência predominantemente como espetáculo, tem exacerbado a dramatização e, com isso, tem contribuído para reforçar uma visão no singular sobre a violência, que é a sua exclusiva negatividade”. Portanto, a maioria dos meios de comunicação procura, de qualquer maneira, trazer conteúdos que atraiam a população e tragam o máximo de audiência possível, sendo a violência um desses conteúdos potenciais. A informação se transforma em mercadoria, trazendo uma relação econômica entre quem veicula e quem consome

o que é veiculado. Dessa maneira, a informação perde sua função primordial que deveria ser a de garantir à sociedade condições de cidadania a partir da instrução, do conhecimento e do esclarecimento aos questionamentos da população (CASTELLS, 2008).

Além da mídia, existem outras empresas que veem na violência uma fonte de lucro e acabam agravando a propagação dos sentimentos de insegurança e medo na sociedade, como, por exemplo, as empresas de segurança privada. No próximo item será discutido como a chamada “indústria do medo” participa na proliferação do medo da violência nas cidades.

1.4 A INDÚSTRIA DO MEDO

O mercado de produtos e serviços de segurança privada e patrimonial tem demonstrado um crescimento expansivo desde meados da década de 1980, em toda a América Latina (CARRIÓN, 2008). A segurança vem sendo, cada vez mais, tratada como mercadoria na sociedade. O mercado brasileiro de segurança privada cresce de forma rápida e intensa, tanto em quantidade, quanto em variedade de produtos e serviços.

De acordo com relatório da SIA (Associação da Indústria de Segurança), o mercado brasileiro de segurança eletrônica totalizou R\$ 591 milhões em 2012 e a previsão para 2017 é de R\$ 1,8 bilhão. Além disso, pesquisas apontam que, mesmo em um momento de crise econômica, o setor de segurança privada continua crescendo no país. A presidente da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE), Selma Migliori, afirma que em 2015 o segmento registrou um crescimento de 6% em comparação a 2014, atingindo R\$ 5,9 bilhões, e que a indústria nacional de sistemas de alarmes teve um crescimento de 15% em seu faturamento nesse mesmo período. É possível encontrar, com facilidade, notícias que ilustram esse crescimento do setor de segurança privada em meio à crise, como nas imagens a seguir:

Figura 01 - Notícia sobre o crescimento da indústria de segurança



Fonte: <http://g1.globo.com/globo-news/contacorrente/noticia/2015/07/setor-de-seguranca-eletronica-deve-crescer-10-em-2015-diz-associao.html>

Figura 02 - Notícia sobre o crescimento da indústria de segurança



Fonte: <http://exame.abril.com.br/negocios/dino/mercado-aquecido-setor-de-seguranca-movimentou-cerca-de-r34-bilhoes-em-sao-paulo-no-ano-passado-dino89090606131/>

Esses dados sobre o crescimento de segmentos relacionados a todo tipo de segurança privada estão, nitidamente, ligados ao medo da violência e à forma como as pessoas se sentem com relação à segurança nas cidades. Caldeira (2000: 10) afirma que “ [...] a segurança tornou-se um serviço que pode ser comprado e vendido no mercado, alimentando uma indústria altamente lucrativa”. Souza (2008: 154) confirma a relação dessa indústria com a violência e com o medo, dizendo que “ [...] o “mercado da segurança”, floresce graças a existência do crime e do medo crime, medo esse que [...] é alimentado pelos “mercados da violência” e pela violência que deles extravasa”. A essa indústria deu-se a denominação de “indústria do medo”. De acordo com Baierl (2004),

A violência e o medo gerado por ela fazem crescer um novo mercado, que se encontra em ampla expansão, que é a Indústria do Medo [...]. Esse setor de trabalho cresce na mesma medida em que se ampliam os índices de violência e criminalidade. É alimentado perversamente pela própria violência e pelo descaso que se tem com a segurança pública e com as demais políticas sociais. (BAIERL, 2004: 70-71)

Com a divulgação do aumento dos índices de violência e criminalidade, o

sentimento de insegurança se intensifica, fazendo com que as pessoas procurem formas de se proteger, alimentando assim, a indústria do medo. A busca por segurança nas cidades acaba se tornando uma das prioridades da população e, com isso, a indústria do medo vê grandes possibilidades de lucro, mesmo em momentos de crise econômica e travamento da renda familiar, que é a realidade que o Brasil enfrenta atualmente. Nota-se, então, uma diferença na visão que a população e o mercado têm sobre as empresas de segurança. Sobre essa relação e sobre como as empresas de segurança privada contribuem para o aumento do medo da violência, Cubas (2002) afirma que

Se, para os executivos, as empresas de segurança funcionam como um negócio qualquer, que surge devido à grande demanda do mercado e não só pelo aumento da violência, mas também pelo próprio processo de terceirização, a população parece não compreender o fenômeno dessa mesma maneira. Quando procuram serviços para suas residências ou veículos, estão preocupados com o crime comum e em garantir o que a segurança pública não lhes garante mais. Isso é reforçado pela propaganda feita pelas empresas, principalmente por aquelas que vendem produtos e serviços especiais para residências, que reforçam o sentimento de insegurança e exacerbam o medo e a necessidade de autoproteção. (CUBAS, 2002: 125)

Essa situação de crescimento econômico da segurança privada a transforma em um agente político e social no cenário da segurança das cidades e, também, faz com que a segurança privada exerça um papel de ator no controle da ordem pública. Isso acaba modificando a segurança urbana, que deveria ser um direito universal e público, em um objeto de transação econômica (CARRIÓN, 2008). Entretanto, o produto segurança - assim como todo tipo de mercadoria - só é acessível a quem possa comprá-lo, alavancando a criação de um mercado segmentado e excludente, pois dessa maneira, a questão da segurança não é coletivizada, mas sim transferida para a esfera privada e particular, fato que alimenta e intensifica o ciclo do medo da violência (CARRIÓN, 2008; BAIERL, 2004).

A indústria do medo, juntamente com a mídia do medo, são vetores de alimentação e proliferação do medo da violência na sociedade. Não se pode desconsiderar que a violência está presente na realidade das cidades, entretanto, o medo e o pânico que assolam a população também estão interligados com as questões sociais que foram abordadas neste primeiro capítulo.

A partir do entendimento da violência contida no processo de urbanização

capitalista, do medo da violência e dos fatores que estão vinculados a ele é possível que se aborde as transformações causadas no espaço urbano e na sociedade por esses fatores.

CAPÍTULO 2
AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO

Neste capítulo passa-se a analisar as transformações que o medo da violência - e todos os seus desdobramentos expostos no capítulo 1 - trazem para o espaço urbano e para a vida em sociedade. Primeiramente, serão abordadas as transformações causadas no espaço urbano pela violência intrínseca ao processo de urbanização capitalista, sendo elas: a dispersão urbana, a estigmatização territorial e a segregação socioespacial, e, depois, as transformações causadas pela reação ao medo da violência criminal no espaço urbano e na sociedade, que são: a arquitetura do medo e o esvaziamento do espaço público. Serão analisados os processos de uma forma geral, a partir do referencial teórico presente neste capítulo e no capítulo 3 será possível aplicar e retratar os temas aqui apresentados na realidade da cidade de Montes Claros – MG.

2.1 TRANSFORMAÇÕES CAUSADAS NO ESPAÇO URBANO PELA VIOLÊNCIA INTRÍNSECA AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CAPITALISTA

Neste item passa-se a explorar quais são os processos consequentes do modo de produção capitalista do espaço urbano. Os temas aqui retratados são resultados do processo de urbanização capitalista e se mostram como reações à forma como a sociedade brasileira é estruturada e desenvolvida, abrangendo diferentes problemáticas. Como foi tratado no capítulo 1.1 deste trabalho, a violência é um elemento intrinsecamente presente no modo capitalista de produção do espaço, fazendo parte, também, dos processos que serão tratados neste capítulo. Serão abordados os processos de dispersão urbana, estigmatização territorial e segregação socioespacial. Todos esses processos implicam na separação de classes e na exclusão social dentro do espaço da cidade e se mostram pertinentes para a análise deste trabalho.

2.1.1 A DISPERSÃO URBANA

Desde a segunda metade do século XX até a contemporaneidade as cidades vêm passando por um intenso e descontrolado processo de urbanização, com a formação acelerada de novos tecidos urbanos (OJIMA, 2007). Os problemas sociais, ambientais e econômicos percebidos no espaço urbano

mostram que as teorias e práticas utilizadas na urbanização não vêm sendo capazes de ordenar o crescimento das cidades da melhor forma, principalmente no que tange ao processo de urbanização dispersa.

A urbanização dispersa pode ser traduzida, basicamente, em uma expansão ampla e rápida dos tecidos urbanos. As autoras Sposito e Góes em seu livro intitulado “Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial” afirmam que esse espraiamento do tecido urbano se define como uma

[...] expressão inexorável da redefinição das formas de produção do espaço urbano [...] Ele representa uma alteração profunda nas tendências de localização do uso residencial do espaço urbano e das atividades comerciais e de serviços, o que implica mudança das estruturas urbanas e da lógica “centro-periferia” que as orientaram durante tanto tempo. (SPOSITO; GÓES, 2013)

Dentre as características principais da urbanização dispersa, pode-se considerar: a produção de “novas periferias”; a expansão da área urbanizada por vasto território, com novos núcleos que são separados fisicamente por vazios intersticiais, mas fortemente interdependentes, formando um sistema urbano único; a descentralização da população e dos usos nas cidades, com o desenvolvimento de novos modos de vida possibilitados, principalmente, pela mobilidade individual; a criação de novas formas de organização urbanística, como por exemplo, os condomínios e loteamentos fechados, afastados do núcleo central da cidade e, normalmente, voltados para as elites (REIS FILHO *et al*, 2007). Tais características demonstram que as novas territorialidades geradas pelas transformações no tecido urbano e a formação de novas tipologias construtivas inseridas nessas territorialidades são a manifestação visível da dispersão urbana.

No Brasil, a dispersão urbana está diretamente ligada a um processo de urbanização que é feito a partir dos interesses de proprietários de terras e de incorporadores imobiliários, sendo totalmente favorável à especulação imobiliária. Esse cenário de expansão urbana rápida e ampla característico da cidade dispersa não é uma exclusividade do processo de urbanização brasileiro, mas sim um fenômeno geral, global, pois é intrínseco à realidade urbana capitalista. Como consequência dessa característica da urbanização, as cidades apresentam grandes extensões e densidades muito baixas, além de uma grande

quantidade de vazios urbanos à espera de valorização. Sendo assim, o processo de urbanização brasileiro - e de outros países - se mostra como um reflexo do contexto das formações sociais do capitalismo avançado (SOARES, 2003).

Com isso, além de alterações físicas na conformação das cidades a partir da criação das novas territorialidades, o processo de dispersão urbana também acarreta questões sociais. Caldeira (2000) afirma que uma das características sociais que esse padrão de urbanização carrega é a separação das classes sociais no espaço da cidade. Os diferentes eixos em que as cidades vão se expandindo seguem diferentes padrões sociais e econômicos, separando o espaço urbano em núcleos de diferentes classes que não se misturam. Acerca dessa separação de classes sociais trazida pela dispersão urbana, Moreira (2003) diz que:

O movimento de deslocamento das classes altas e médias altas para fora dos centros urbanos pode implicar num novo abandono dos centros urbanos, o que implicará o estabelecimento de fronteiras intransponíveis entre classes sociais... O que só pode gerar mais desigualdade, mais injustiça, mais desequilíbrios e, portanto, mais violência. (MOREIRA, 2003)

Outro ponto perceptível é a diferença de qualidade e infraestrutura nos diferentes eixos de expansão da cidade dispersa. As áreas onde se estabelecem as classes sociais mais altas são dotadas de melhor infraestrutura, mostrando o papel do Estado como agente de produção do espaço urbano disperso e segregado, juntamente com os incorporadores imobiliários. Soares (2003: 14), baseado nessa situação de produção das cidades, mostra que “[...] a atual conjuntura de produção da forma urbana nas cidades brasileiras combina de maneira preocupante dispersão urbana e polarização social⁴. Isto significa [...] mais segregação e mais fragmentação urbanas”.

Como citado anteriormente, uma das características predominantes da dispersão urbana engloba a criação de formas de moradia, como os condomínios e loteamentos fechados e os conjuntos habitacionais populares, que são em sua maioria, afastados do núcleo central da cidade, dispersos no tecido urbano. As incorporadoras imobiliárias justificam a implantação e a venda desses tipos de

⁴ De acordo com Moser e Jones (2011), o termo polarização social foi cunhado pelo sociólogo britânico Peter Townsend em 2002, com o intuito de mostrar que a pobreza e a riqueza estão ficando cada vez mais polarizadas, ou seja, cada vez mais desiguais, em extremos muito separados, sendo assim, importante relacionar a pobreza e a exclusão social com o conceito de polarização social.

empreendimento com atrativos que contemplam o status social, a qualidade ambiental, lazer e serviços facilitados e, principalmente, a segurança. “Observando os anúncios das imobiliárias que negociam esses empreendimentos, nota-se que se vende além de um espaço físico para moradia, vende-se a ideia de segurança, qualidade infra estrutural e ambiental” (FRANÇA; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2012: 4). Tais formas de moradia, além de serem reflexo do processo de dispersão urbana - pois são implantadas em áreas cada vez mais distantes dos núcleos já conformados das cidades - também estão interligados com o medo da violência, pois essa forma de habitação encontra no medo e no sentimento de insegurança justificativas para sua existência. A partir dessas relações pode-se traçar um paralelo entre o medo da violência e a dispersão urbana, sendo possível evoluir na análise das consequências trazidas pelo medo da violência para o espaço urbano e para a vida em sociedade.

2.1.2 A ESTIGMATIZAÇÃO TERRITORIAL

Antes de se investigar a esfera territorial da estigmatização, é necessário compreender o que significa a estigmatização social, de uma maneira geral. O termo estigma ganhou visibilidade a partir do estudo de Ervind Goffman (1988) em sua obra “Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”. O autor foi o pioneiro no estudo do estigma.

Primeiramente, Goffman (1988) esclarece que o termo estigma foi criado pelos gregos afim de se referir a sinais corporais que indicavam algo de diferente ou mau sobre a moral das pessoas que os apresentavam. Esses sinais, normalmente, eram marcas feitas com corte ou fogo e informavam que seu portador era um escravo, um criminoso ou um traidor, ou seja, uma pessoa considerada desprezível e que deveria ser evitada, principalmente em lugares públicos.

Na sociedade atual, o conceito de estigma ainda carrega um pouco do sentido atribuído pelos gregos, apesar de não se referir aos sinais corporais mencionados. Segundo Goffman, “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as

categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1988: 5). Sendo assim, quando as pessoas têm contato com os demais indivíduos, as características do outro são analisadas com o intuito de enquadrá-los em determinada categoria social. A partir de concepções prévias criadas pela sociedade, as pessoas transformam as características dos outros em expectativas normativas, os enquadrando em algo em que “deveriam” ser, de acordo com as expectativas e normas impostas pela sociedade. Sendo assim, durante essa análise das características alheias, podem-se evidenciar atributos que configuram o outro como alguém diferente de certa categoria, tornando-o, muitas vezes, em alguém malquerido, indesejável, defeituoso e excluído. Tal atributo se configura como um estigma, principalmente quando faz referência a algo muito depreciativo. (GOFFMAN, 1988: 6) Melo (2000), analisando este conceito de Goffman, constatou que:

A sociedade estabelece um modelo e espera que todos, ou quase todos, respondam a esses critérios predeterminados pelo sistema de controle social. Cria padrões e, dentro desses modelos, estabelece as categorias. Como sistema de controle, tem como objetivo catalogar as pessoas pelos atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada categoria. Determina os atributos, isto é, qualidades pessoais, posições de poder, “status”, critérios de ordem de valores éticos e estéticos etc., marcando juízos de valores éticos e morais aos sujeitos que não correspondem às qualidades determinadas para cada categoria. Rotula, cataloga os sujeitos e os estigmatiza, marginalizando-os e classificando-os como sujeitos ou grupos de sujeitos de pouca potencialidade humana, criativa, e até mesmo destrutivos, prejudiciais à convivência comunitária. (MELO, 2000: 18-19)

Goffman (1988) ainda categorizou 3 tipos de estigma na sociedade: 1) as abominações ou deformidades físicas, nitidamente visíveis; 2) as consideradas culpas de caráter individual, julgadas como “vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas” (GOFFMAN, 1988: 7). Nesse tipo de estigma se enquadram, os distúrbios mentais, os vícios, a homossexualidade e o desemprego, por exemplo; 3) os estigmas de raça, cor, nacionalidade e religião. Estigmas relacionados às classes sociais estão intimamente ligados à classe 2 e 3.

A presença de um estigma em um indivíduo acaba “destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos [...]” (GOFFMAN, 1988: 7), sendo este indivíduo, então, marginalizado, excluído.

Sobre a visão do indivíduo estigmatizado, Melo ressalta que:

Para os estigmatizados, a sociedade reduz suas oportunidades, esforços e movimentos, não lhes atribui valor; impõe-lhes a perda da identidade social de seres individualizados e determina uma imagem deteriorada dentro do modelo que convém à sociedade. Significa que o social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder e anula todos os que rompem ou tentam romper com o modelo social. (MELO, 2000: 19)

Percebe-se, portanto, que a estigmatização social não passa de uma forma de manter as relações de poder na sociedade, a partir da imposição de padrões e modelos pré-determinados socialmente.

Após essa compreensão do estigma social como um todo, é possível introduzir a questão da estigmatização territorial. A denominação territorial da estigmatização foi, primeiramente, estudada por Loïc Wacquant em seu trabalho sobre a estigmatização e a marginalidade avançada no final do século XX. O autor afirma que “[...] a marginalidade avançada tende a se concentrar em territórios isolados e claramente circunscritos, cada vez mais percebidos, tanto por fora como por dentro, como lugares de perdição [...] da cidade pós-industrial [...]” (WACQUANT, 2006: 27). Assim, quando esses espaços começam a integrar, permanentemente, a paisagem urbana, passam a ser descreditados e estigmatizados, tanto por parte da sociedade, como por parte dos discursos jornalísticos, políticos e até mesmo científicos. Apesar de não se limitar a isso, esse processo está, claramente, relacionado aos estigmas sociais – principalmente aqueles referentes à pobreza e à etnia – já existentes e catalogados por Goffman (1988).

Wacquant (2006), ainda frisa que o estigma que recai sobre tais espaços, pode ser ou não comprovado na realidade, mas que isso não altera a visão preconceituosa com que esses locais são tratados. Sobre isto, o autor constata:

Que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas. (WACQUANT, 2006: 29)

Pode-se perceber que a estigmatização territorial, assim como os outros tipos de estigma, são engendrados na sociedade e independem de comprovação prática. Tal característica da estigmatização territorial se relaciona com o medo da violência discutido neste trabalho. Como foi abordado no capítulo anterior, o medo da violência se manifesta de forma generalizada e é intensificado pela

estrutura social capitalista e enfatizado pelas mídias. Os territórios considerados violentos são, na maioria das vezes, locais estigmatizados relacionados à pobreza.

Essa percepção da estigmatização territorial, juntamente com o medo, traz à tona o discurso da segregação socioespacial nas cidades.

2.1.3 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Assim como a violência, abordada no primeiro capítulo deste trabalho, a segregação também se configura como uma dinâmica social e espacial própria do processo de urbanização capitalista (CORREA, 2000). Neste sentido, Castells (1983) afirma que, por estar inserida num sistema capitalista, a distribuição dos locais residenciais nas cidades se agrupam a partir de leis gerais de distribuição de produtos, isto é, os locais residenciais são ordenados conforme a função da capacidade social dos indivíduos, de suas rendas, de seus status profissionais, de níveis de instrução, etc. Portanto, existe uma estratificação urbana aliada à estratificação social, o que gera a segregação urbana. Partindo desse pensamento, Castells define a segregação urbana como:

[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (CASTELLS, 1983: 250)

Villaça (2001), fez um estudo sobre a segregação nas metrópoles brasileiras em sua obra intitulada “Espaço intra-urbano no Brasil”. Para o autor, a segregação se define como um processo fundamental para o entendimento da configuração espacial intra-urbana⁵. Isso se dá, justamente, pelo fato de as cidades estarem inseridas no processo de produção capitalista, tendo a especulação imobiliária e a diferença de classes como parte de sua constituição.

Segundo Villaça (2001), existem segregações de diferentes naturezas na metrópole brasileira, sendo essas, principalmente, de classes, etnias ou nacionalidades. Neste trabalho - assim como na obra de Villaça - será abordada a

⁵ Villaça (2001) explica que a expressão “espaço urbano” vem sendo utilizada na literatura para denominar o processo de urbanização de forma genérica ou para se referir a espaços regionais, nacionais, continentais. Dessa maneira, a expressão “espaço urbano” acaba perdendo seu significado e dando lugar a um sentido mais abrangente. Por este motivo, Villaça utiliza a expressão “espaço intra-urbano” para se referir ao arranjo interno dos espaços urbanos, de forma mais concreta e específica

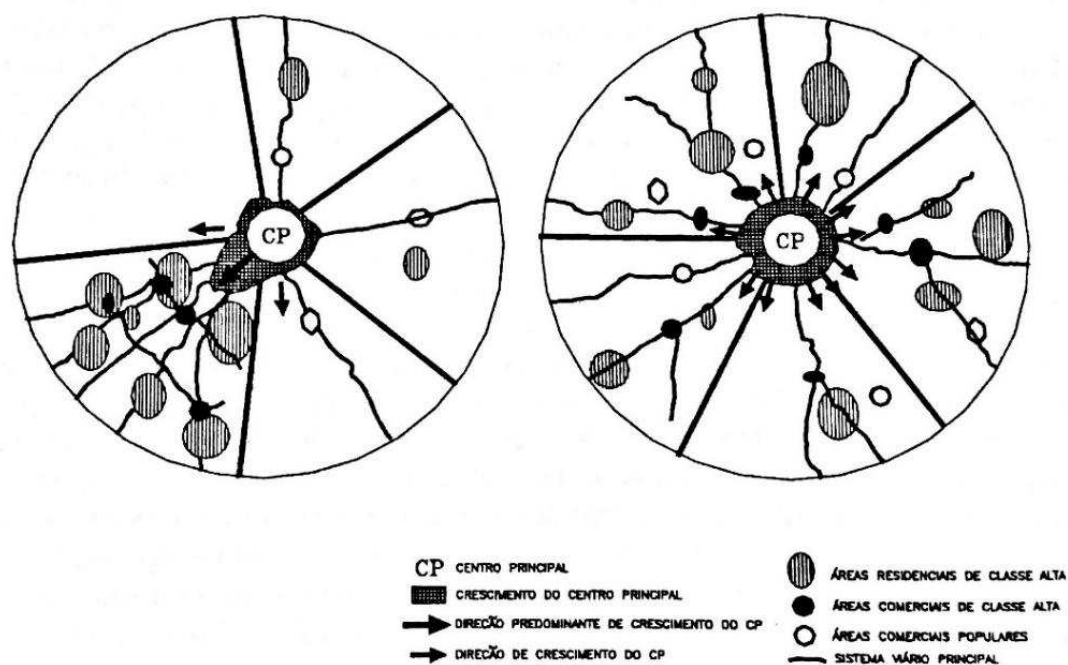
segregação das classes sociais, pois segundo o autor, é esta que domina a estruturação das metrópoles brasileiras. Para Villaça, “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (2001: 142). Entretanto, o autor esclarece que a segregação não impede a presença de mais de uma classe social em um mesmo espaço. O que determina se há segregação em dada região é a “concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole”. (VILLAÇA, 2001: 143) Deste modo, “A segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”. (VILLAÇA, 2001: 150)

Existem diferentes tipos de segregação nas cidades. Lojkine (1981) considera três tipos de segregação socioespacial, sendo eles: 1) uma oposição entre centro e periferia, em que no centro o preço do solo é mais alto e, conseqüentemente, ocupado por classes sociais de alta renda, e a periferia ocupada pelas zonas de moradia popular; 2) uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais de alto poder aquisitivo e as zonas de moradia popular; 3) a separação das funções urbanas em regiões especializadas como as zonas de escritórios, as zonas industriais, zonas de moradia, etc. Como analisou Villaça (2001), a tipologia 2 exposta por Lojkine é a que se faz mais presente na realidade contemporânea da estruturação do espaço metropolitano no Brasil, sendo essa tipologia a mais pertinente de ser estudada e analisada, pois a tendência de as classes de alta renda ocuparem apenas o centro das cidades já não é observada, a alta renda também ocupa terra barata na periferia, como por exemplo, na Granja Viana ou Alphaville, em São Paulo, ou no Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro (VILLAÇA, 2001: 146). Desse modo, o preço da terra, nem sempre, determina a distribuição das classes sociais no espaço urbano.

Entretanto, a ocupação das classes de alta renda nas regiões periféricas se dá de forma aglutinada, em que os bairros das elites tendem a se concentrar em uma mesma região da cidade. Isto ocorre porque esse padrão de segregação em setores possibilita um maior controle do espaço urbano por parte das classes de alta renda (VILLAÇA, 2001: 335). Para esclarecer, Villaça (2001) desenvolveu

dois esquemas que mostram alternativas de segregação, conforme a Figura 03 a seguir:

Figura 03 – Alternativas de segregação metropolitana



Fonte: VILLAÇA (2001)

Segundo o autor, o padrão espacial dominante de segregação é feito a partir de setores de círculo, como na imagem. A alternativa representada no primeiro esquema é a que corresponde à realidade encontrada nas cidades. Percebe-se nesse modelo que as áreas residenciais de classe alta estão aglutinadas, predominantemente, em uma mesma região. Já a segunda alternativa, mostra uma realidade inexistente, em que os bairros de classe alta estão distribuídos nos vários quadrantes da cidade. O motivo da inexistência da segunda alternativa está relacionado ao controle que as elites mantêm sobre a configuração das cidades. Se as áreas residenciais de classe alta estivessem espalhadas por todos os quadrantes - como mostra o segundo esquema - seria necessário construir um enorme e complexo sistema viário que atendesse todas as classes de alto poder aquisitivo espalhadas pela cidade. Porém, com as elites aglutinadas, quase que exclusivamente, em um só quadrante torna muito mais fácil e viável o controle do Estado para a produção do sistema viário pois,

[...] um feixe de faixas de vias concentradas num único quadrante atenderia à maioria das burguesias muito mais facilmente e com menos recursos. A segregação por setores possibilita [...] um sistema viário mais adequado às necessidades dessas classes. Além disso, essa alternativa oferece melhores possibilidades de atendimento das burguesias por parte de subcentros ou shopping centers voltados para elas. Nenhuma outra forma de organização espacial atenderia melhor as camadas de mais alta renda do que essa, fosse pelo mercado, fosse pelo Estado. (VILLAÇA, 2001: 340)

Além desse fator, com a configuração da segunda alternativa, não seria possível que o centro principal da cidade fosse controlado de modo a se expandir na direção das camadas de alta renda, as beneficiando. Sobre essa questão, Villaça afirma que

Se os bairros das burguesias estivessem espalhados pelos quatro cantos da cidade, o centro seria solicitado a crescer mais ou menos uniformemente em todas as direções – alternativa 2 – e não seria dominado por nenhuma classe ou conjunto de classes. (VILLAÇA, 2001: 341)

Com essas considerações, Villaça expõe, de forma clara, que a configuração do espaço urbano é guiada pelo controle que as camadas de alto poder aquisitivo exercem na sociedade e a segregação é o mecanismo usado para esse controle, sendo assim, “[...] é por meio da segregação que a classe dominante controla o espaço urbano, sujeitando-o a seus interesses” (VILLAÇA, 2001: 359). O autor conclui que “[...] a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual a classe exerce sua dominação através do espaço urbano” (VILLAÇA, 2001: 360).

É importante frisar que os autores citados tratam da segregação socioespacial utilizando como exemplo as metrópoles brasileiras, entretanto, essa realidade social e espacial enfatizada nesses estudos pode ser observada, também e cada vez mais, em cidades médias do Brasil. Um exemplo disso, é a pesquisa desenvolvida por Sposito e Góes (2013), em que as autoras analisaram questões relacionadas aos espaços fechados, à insegurança urbana e à fragmentação socioespacial em três cidades médias paulistas – Marília, Presidente Prudente e São Carlos. As autoras afirmam que “[...] os processos de separação socioespacial estão se aprofundando nas cidades médias” (SPOSITO; GÓES, 2013: 289) e que esses processos estão ligados, dentre outros aspectos, ao medo da violência e à relação naturalizada que a população vê entre cidade e insegurança.

Dal Pozzo (2015) também desenvolveu um estudo que avalia a

fragmentação socioespacial em cidades médias, utilizando o caso das cidades de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. O autor conclui em seu trabalho que:

Com ritmos e intensidades distintas, além de características próprias, a fragmentação socioespacial tem sido evidenciada em cidades médias paulistas e, portanto, trata-se de um processo que não é mais exclusivo aos espaços urbanos de padrões metropolitanos. (DAL POZZO, 2015: 324)

A partir desses estudos é possível verificar que a dinâmica da segregação socioespacial verificada nas metrópoles brasileiras é – e vem sendo, cada dia mais – refletida em espaços urbanos menos populosos e complexos, como as cidades médias.

Alguns outros autores abordam a temática da segregação socioespacial de forma a acrescentar as questões referentes à fragmentação relacionada à criação dos espaços residenciais fechados. Souza (2006) analisa a questão a partir do que ele denomina como “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade”. O autor afirma que a partir do início dos anos 1980, as favelas começam a se “fechar” por conta do fenômeno do controle territorial por grupos de traficantes, sendo isso um reflexo das relações de poder inerentes à segregação. Esse “fechamento”⁶ das favelas, segundo o autor, vai além da segregação espacial, sendo parte do processo de fragmentação sociopolítico-espacial das cidades. Sobre essa questão, Souza afirma que:

As favelas, ao se “fecharem” entre si e em relação ao “asfalto” [...] vão contribuindo para algo que, de um ângulo sociopolítico, ultrapassa os limites da segregação usual, e merece o nome, apropriadamente, de fragmentação, uma vez que estabelecem “fraturas” e, até certo ponto, uma notável ruptura com o passado anterior aos anos 80. Com isso, não se quer afirmar que a descontinuidade seja “total”, pois a fragmentação, como já foi dito, se acrescenta à segregação e a agrava. (SOUZA, 2006: 474)

No entanto, a fragmentação não está associada apenas à territorialização das favelas pelo tráfico de drogas. Um outro fenômeno que dá significado e faz parte do processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é a criação e proliferação dos condomínios exclusivos, fechados e monitorados para as classes

⁶ O fechamento que Souza (2006) se refere não está relacionado apenas a barreiras físicas de separação dos espaços. As favelas vão se fechando por meio do poder que os traficantes impõem, a partir do medo e de formas de repressão. Além disso, Souza esclarece que esse fechamento, é relativo, pois as drogas, as armas e os consumidores privilegiados chegam de fora das favelas.

média e alta. É esta dimensão da fragmentação e da segregação socioespacial que está ligada ao medo da violência, pois o medo da violência acaba sendo utilizado como justificativa para esses processos. Caldeira (2000) pesquisou a proliferação dos espaços fechados, utilizando a cidade de São Paulo como estudo de caso. Sobre a segregação de um modo geral, a autora afirma que a segregação socioespacial é uma característica importante para o entendimento da estruturação das cidades, pois

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2000: 211)

Com essa visão da segregação e da fragmentação do espaço urbano, Caldeira (2000) desenvolve sua pesquisa sobre os espaços denominados pela autora como “enclaves fortificados”, que fazem parte dos processos causados pela reação da população frente ao medo da violência criminal.

2.2 TRANSFORMAÇÕES CAUSADAS NO ESPAÇO URBANO PELA REAÇÃO AO MEDO DA VIOLÊNCIA CRIMINAL

Neste subcapítulo serão abordados impactos causados pelo medo da violência na arquitetura e no espaço urbano. Os processos aqui retratados são consequências que o medo da violência carrega, alterando a arquitetura, a paisagem urbana, o convívio social e intensificando os processos de segregação, estigmatização e exclusão tratados anteriormente. Serão abordados dois problemas relacionados ao medo: a arquitetura do medo e o esvaziamento do espaço público, a partir da fundamentação teórica a seguir. Já no capítulo 03 esses processos serão analisados na realidade dos bairros de Montes Claros selecionados para esta pesquisa.

2.2.1 A ARQUITETURA DO MEDO

O medo da violência vivenciado nas cidades e enfatizado pelas mídias e pela indústria de segurança - conforme exposto no capítulo 1 - exerce grande influência no modo de vida da população, fazendo com que as pessoas busquem maneiras de se proteger em todos os lugares e a todo momento. Em consequência

disso, a arquitetura e a paisagem urbana se transformam, trazendo à tona termos como “arquitetura da violência” ou “arquitetura do medo”.

A autora Sônia Maria Taddei Ferraz tratou sobre essa temática através do grupo de pesquisas “ARQVIOL – Arquitetura da Violência” da Universidade Federal Fluminense (UFF). O grupo desenvolveu uma vasta pesquisa sobre como essa tipologia arquitetônica se manifesta no Rio de Janeiro e em São Paulo, explicitando as causas e consequências trazidas para as cidades. Ferraz, Jorge e Gonçalves (2009) definem a arquitetura do medo como toda manifestação na arquitetura que está relacionada com os novos arranjos sociais nas cidades provocados pelo medo da violência. Os serviços relacionados à segurança privada aumentam em detrimento do conforto nas edificações, e a arquitetura acaba perdendo parte da sua função social e também de sua estética com essas mudanças.

Para Tavares (2012), a arquitetura do medo está ligada, primeiramente, a um contexto material de mudanças físicas na arquitetura como as grades, os muros, as cercas elétricas, as concertinas. No entanto, a concepção de arquitetura do medo aborda, principalmente, as relações desses métodos de proteção com a sociedade, mostrando que há uma ligação direta entre a segregação social e a cultura da violência. A utilização desses métodos físicos de proteção a partir de equipamentos de segurança não passa de uma consequência e uma materialização das condições das relações humanas da sociedade e de como a violência e a barbárie estão sendo tratadas na atualidade.

A autora Teresa Pires do Rio Caldeira é citada em muitas pesquisas, como principal referência para esta temática. Em sua obra, a autora utiliza o termo “enclaves fortificados” para tratar da arquitetura do medo. Caldeira define os enclaves fortificados como

[...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto. (CALDEIRA, 1997: 155)

Os condomínios residenciais fechados são o tipo mais conhecido de enclave fortificado, entretanto, Caldeira afirma que, além dos condomínios residenciais, “Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping

centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parque temáticos” (CALDEIRA, 2000: 258). Além disso, todas essas tipologias de enclaves fortificados seguem algumas características básicas:

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. (CALDEIRA, 2000: 258-259)

A partir dessa caracterização dos enclaves fortificados, Caldeira (2000) passa a analisar as implicações sociais relacionadas a esse tipo de construção. A autora afirma que os enclaves fortificados são espaços voltados para as elites e são procurados pela população que prefere viver entre pessoas do mesmo nível social. Sendo assim, os enclaves fortificados se configuram como símbolos de status e, para a autora, “A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais” (CALDEIRA, 2000: 259). Nitidamente, os enclaves fortificados são potenciais criadores de separação social, pois são repletos de barreiras físicas de distanciamento, sendo uma visível forma de segregação. Sobre essa questão, Caldeira afirma que os enclaves

[...] oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários. (CALDEIRA, 2000: 259)

Com as afirmações de Caldeira, pode-se perceber que os enclaves fortificados são, de fato, uma consequência do medo da violência e da influência da mídia do medo e da indústria do medo na sociedade. Combinadas com a criação desse tipo de edificação estão a segregação socioespacial e a desigualdade social, que são explícitas no espaço das cidades.

Souza (2006) também trata da separação social causada pelos enclaves fortificados. O autor afirma que há um auto-enclausuramento por parte das elites e classes médias no Brasil que intensifica os processos de segregação e fragmentação do espaço urbano, sendo o medo a fonte que nutre todos esses processos. O autor afirma que

Os muros não estão somente em tornos dos “condomínios exclusivos” e dos prédios de classe média: estão, crescentemente, nas mentes e nos corações; tendo como argamassa o medo, projetam-se não apenas nos espaços do auto-enclausuramento dos privilegiados, mas ensejam, na verdade, os sonhos de confinamento dos pobres: o campo de concentração como metáfora, ou a prisão como metáfora [...] (SOUZA, 2006: 473)

Com essa colocação, Souza mostra que o enclausuramento é uma expressão do medo e das separações sociais vivenciadas no cotidiano das cidades.

Outra consequência gerada a partir do medo da violência e do enclausuramento nas cidades é o esvaziamento ou a subutilização do espaço público.

2.2.2 O ESVAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO

Uma das consequências mais perceptíveis do medo da violência nas cidades é o esvaziamento ou a subutilização dos espaços públicos. Entretanto, para que se compreenda esse fenômeno é necessário, primeiramente, compreender a definição de espaço público.

De acordo com Souza (2008), o espaço público pode ser compreendido através de duas perspectivas diferentes que se complementam. Primeiramente, o espaço público se manifesta como esfera pública ou cena pública, ou seja, como o “campo de atuação e a existência de condições que propiciam a interação de indivíduos que, com uma maior ou menor liberdade, expressam seus pontos de vista, articulam suas demandas, negociam seus conflitos, veem e são vistos” (SOUZA, 2008: 79). Em segundo lugar, o espaço público se qualifica como um espaço físico, concreto, que permite que essa esfera pública se manifeste. O autor denomina essas duas esferas como “as faces imaterial e material do espaço público” e frisa que essas duas características estão completamente articuladas.

No entanto, Souza (2008) esclarece, também, a diferença entre espaço público e espaço coletivo. O espaço público, como foi dito, além de sua qualidade

física ou territorial de cunho público, também pressupõe uma esfera pública, onde se dão as interações e que necessita de uma liberdade formal. Souza afirma que “[...] a esfera pública e o espaço público são valorizados na qualidade de necessários espaços de interação, de encontro” (2008: 82). Já o espaço coletivo, pode ser apenas um espaço de uso comum, não possuindo as características de esfera pública. Desse modo, “Todo espaço público é um espaço coletivo, mas nem todo espaço coletivo é, assim, um espaço público” (SOUZA, 2008: 82).

Seguindo nessa mesma lógica de definição do espaço público, Nygaard (2010) declara que

Conceitualmente, os espaços públicos expressam a vitalidade ou a estagnação da vida urbana, incorporam diferentes usos sociais e econômicos e possuem inúmeros significados conferidos pelas práticas sócio-espaciais. [...] O sentido “público”, aqui, é entendido a partir do uso que é feito desses espaços: são espaços de pleno domínio do povo, convivência social e sociabilidade, que oportunizam a maior e mais ampla inter-relação entre as pessoas. (NYGAARD, 2010: 104)

Partindo desse pressuposto - de que os espaços públicos são espaços que, genuinamente, existem para promover e inspirar interação, convivência e sociabilidade -, pode-se analisar como o medo da violência é capaz de modificar e descaracterizar o espaço público das cidades.

É imprescindível citar o trabalho que Jane Jacobs realizou ainda na década de 1960, em seu livro intitulado “Morte e vida de grandes cidades”. Jacobs (2000) analisou o quanto a conformação da arquitetura e do espaço urbano influenciam no aumento da insegurança, usando o exemplo da cidade de Nova York. A autora defendia que as edificações que seguem a tipologia dos enclaves fortificados, com altos muros, acabam por isolar a movimentação de pessoas nas ruas, que segundo ela, é o fator que mais traz proteção. Com isso, Jacobs mostra o valor que o espaço público tem para a segurança nas cidades.

Jacobs (2000) defende que as edificações devem ter relação direta com a esfera das ruas, abordando o termo “olhos da rua”, que são os próprios cidadãos que, de forma consciente ou inconsciente, utilizam o espaço público e costumam observar de suas residências, praticando, assim, uma vigilância mútua. Sendo assim, para que haja segurança nas ruas, deve ser possível fazer contato visual entre os edifícios e o espaço público, fato que não ocorre com a presença de tantos enclaves fortificados e a utilização da arquitetura do medo.

Outro ponto levantado por Jacobs (2000) é que para haver segurança e vida no espaço público é necessário que ele seja habitado, havendo trânsito ininterrupto de pessoas, movimento e, principalmente, diversidade nas ruas. A partir dessas práticas, é possível que haja uma “vigilância natural”, fazendo com que as pessoas se sintam mais protegidas. É nitidamente observado que a realidade das cidades atuais não contempla esses conceitos. O espaço público está sendo abandonado e as edificações cada vez mais enclausuradas, o que só causa mais medo, insegurança e segregação socioespacial.

A teoria iniciada por Jane Jacobs ainda se mostra atual e aplicável na realidade das cidades. Souza (2008), seguindo nesse mesmo raciocínio, sugere que há uma “anemia⁷ dos espaços públicos”, isto significa, “[...] o encolhimento de margens de manobra, a deterioração da sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania – em suma, ameaças e limitações à autonomia, tanto individual quanto coletiva” (SOUZA, 2008: 84). De acordo com o autor, isso se dá devido às transformações sociopolítico-espaciais, como a formação de enclaves fortificados, e a segregação socioespacial. O autor afirma que

Espaços públicos vão sendo, por causa do medo, ou “abandonados” (a frequência com que são visitados diminui drasticamente) ou, então, “cercados” e “monitorados”, o que tampouco favorece uma vida pública livre, densa e espontânea. Os espaços públicos tornam-se, cada vez mais, vítimas do que se poderia chamar de a “síndrome da cidade vigiada”. (SOUZA, 2008: 84)

Com essas ideias, Souza mostra que o esvaziamento do espaço público e o declínio da esfera pública estão, de fato, ligados ao medo da violência e à busca exagerada por proteção no espaço das cidades.

Caldeira (2000) também contribuiu para a análise da situação do espaço público em sua obra. Conforme a autora, a construção dos enclaves fortificados e a intensa busca por proteção nas cidades, além de transformarem a paisagem urbana, também alteram

⁷ Souza (2008) elucida em sua obra que o termo “anemia do espaço público” foi empregado como metáfora para o tema por ser uma expressão que carrega muita força enunciativa. Mas, além disso, o autor explica que a palavra “anemia” foi usada, pois faz referência à uma “fraqueza” ocorrente no espaço público provocada por critérios sóciopolíticos. Sendo assim, a metáfora “anemia dos espaços públicos” têm seu sentido pautado nesse raciocínio.

[...] padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos [...]. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública. (CALDEIRA, 2000: 301)

É nítido como o esvaziamento do espaço público e, conseqüentemente, a qualidade da vida pública nas cidades estão atreladas ao medo da violência e à proliferação das formas de proteção. As ruas perdem sua qualidade de aglutinadoras e promotoras de interação coletiva da população.

Outra análise interessante da obra de Caldeira (2000) referente à essa temática é o paralelo que a autora traçou entre os ideais do planejamento modernista e a urbanização contemporânea pautada nos enclaves fortificados. A autora afirma que os enclaves fortificados utilizam de instrumentos modernistas de projeto em sua criação, tendo características em comum como: a falta de estímulo à circulação de pedestres, a intensificação do tráfego de veículos, poucas calçadas e comércio mantido longe das ruas e a subutilização dos espaços públicos. Os muros dos enclaves fortificados são uma característica que difere dos ideais arquitetônicos modernistas, porém, como se pode ver, os efeitos e conseqüências dos enclaves nas cidades são os mesmos da realidade modernista. Sendo assim,

Os elementos da arquitetura e do planejamento modernistas que sobrevivem na nova forma urbana dos enclaves são aqueles que destroem o espaço público e a vida social modernos: ruas mortas transformadas em vias expressas, construções esculturais separadas por vazios e ignorando o alinhamento das ruas, muros e tecnologias de segurança enquadrando o espaço público como residual, enclaves voltados para o interior, separação de funções e destruição dos espaços diversos e heterogêneos [...] os enclaves usam convenções modernistas para criar espaços em que a qualidade privada é enfatizada acima de qualquer dúvida e em que o público, um vazio disforme tratado como resto, é irrelevante. (CALDEIRA, 2000: 312-313)

Nota-se, a partir das ideias de Caldeira que, desde o modernismo, o abandono do espaço público vem sendo estimulado e intensificado. No entanto, atualmente, é o medo da violência que serve como justificativa para esse abandono.

As implicações que o medo da violência e suas conseqüências trazem para o espaço público, comprometendo a vida pública, a interação entre as pessoas, a

democratização dos espaços na cidade e a segurança urbana, são graves e facilmente percebidas na realidade das cidades brasileiras.

O capítulo 2 deste trabalho teve como intenção abordar quais são as transformações trazidas pelo medo da violência para o espaço urbano e analisar como esses processos se desenvolvem na sociedade. Percebe-se, através dessa investigação teórica, que as cinco consequências apresentadas estão conectadas e ocorrem de forma simultânea nas cidades. A dispersão urbana está diretamente ligada aos processos de enclausuramento (arquitetura do medo) e de segregação socioespacial, pois está relacionada à autosegregação das elites, a partir da construção de enclaves. A estigmatização territorial também está combinada com o processo de segregação e exclusão de classes sociais. E o esvaziamento do espaço público se mostra como uma reação a esses processos que, de forma combinada, vão promovendo o abandono do espaço público, da vida urbana e do convívio social. Percebe-se que a segregação socioespacial é o processo que está presente como causa ou consequência de todos os outros problemas tratados, e que, o medo da violência é uma condicionante ou serve como justificativa para que todos esses processos sejam reproduzidos e ampliados no espaço urbano.

A partir do próximo capítulo, os processos até aqui abordados, serão trazidos para a realidade da cidade de Montes Claros – MG. Será analisado se as transformações causadas pelo processo de urbanização capitalista e pelo medo da violência ocorrem na prática e como se dão esses processos na cidade de estudo.

CAPÍTULO 3
O CASO DE MONTES CLAROS – MG

No capítulo 3 deste trabalho dá-se início à investigação empírica da pesquisa: apresentar a realidade das consequências que o medo da violência causa no espaço urbano, utilizando a cidade de Montes Claros/MG como estudo de caso. Na primeira parte do capítulo é feita a caracterização de Montes Claros, enquanto cidade média, abordando o crescimento econômico pelo qual passou e elucidando como este crescimento influenciou na formação da malha urbana da cidade e na proliferação dos processos explorados no capítulo anterior. Essa caracterização torna possível abordar como a criminalidade e o medo da violência se manifestam em Montes Claros, passando para a análise dos bairros escolhidos, que se constitui como a investigação principal desta pesquisa.

3.1 MONTES CLAROS – MG: UMA CIDADE MÉDIA

Montes Claros é uma cidade média localizada na região Norte de Minas Gerais. O município possui uma área de 3.568,941km² e abriga uma população estimada de 398.288 habitantes (IBGE, 2017).

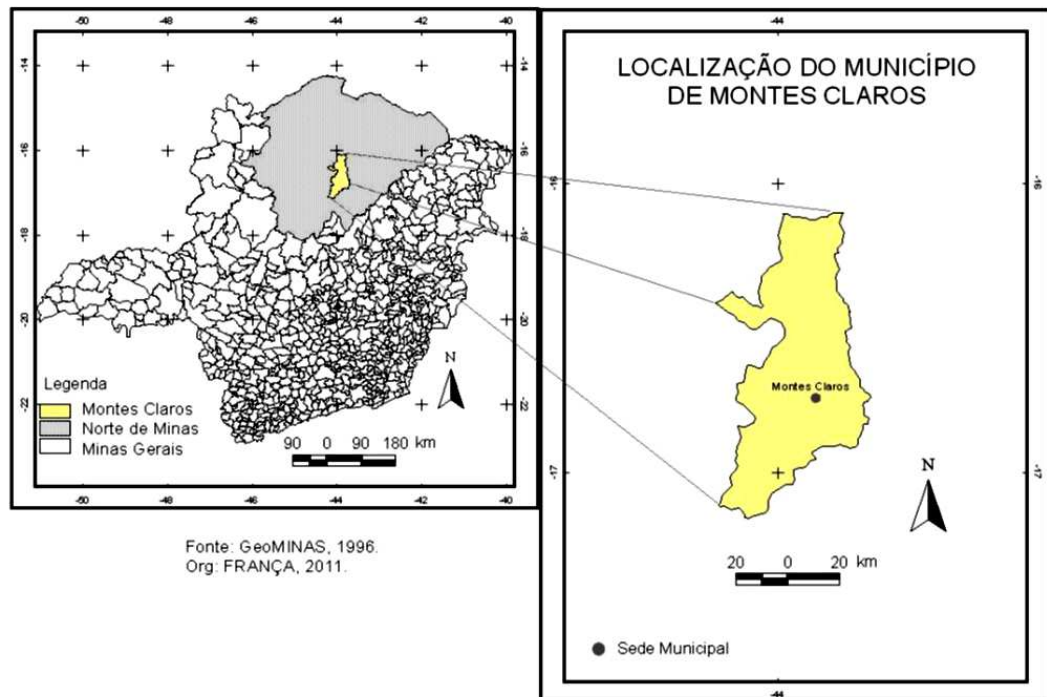
Oliveira (2000) afirma que, no final do século XIX, Montes Claros já se apresentava como o principal centro urbano e comercial da região, porém, foi a partir da implantação da ferrovia - no ano de 1926 - que a dinâmica urbana de Montes Claros começou a se intensificar, havendo um aumento do fluxo comercial, de pessoas e de informação na cidade.

De acordo com França, Almeida e Oliveira (2014), atualmente, Montes Claros exerce um papel relevante na região, atraindo significativas atividades terciárias e instalações industriais e, portanto, a cidade assumiu uma categoria de centralidade intra e interurbana⁸, sendo o núcleo mais dinâmico do Norte de Minas.

A Figura 04 mostra a localização da cidade de Montes Claros no Estado de Minas Gerais e na região do Norte de Minas.

⁸ O centro é definido como algo que vai além do território ou da concepção espacial. O centro é uma articulação entre o espaço e as definições sociais daquele espaço. Já a centralidade são os fluxos que dão conteúdo ao centro. Sendo assim, uma cidade que assume o papel de centralidade, se mostra como uma articuladora de fluxos em vários níveis e escalas de forma dinâmica, promovendo tais fluxos não só internamente (aspecto intra-urbano) como também entre espaços, entre centros, entre cidades (aspecto interurbano) (CASTELLS, 1983; WHITACKER, 2010)

Figura 04 - Localização de Montes Claros e do Norte de Minas



Fonte: FRANÇA; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014

Como foi citado, Montes Claros é considerada uma cidade média. Faz-se pertinente, então, a caracterização do conceito de “cidade média”. É importante frisar que ainda não existe uma definição correta de cidade média, sendo um conceito ainda em construção. No entanto, existem algumas pesquisas que podem ser utilizadas para esclarecer características dessa tipologia de cidade.

Não é suficiente que se considere uma cidade como média apenas com base em sua demografia. É necessário que se avalie as dimensões econômica, social, espacial e as relações que a cidade mantém com seu entorno.

Ainda na década de 1970, o geógrafo e pesquisador Oswaldo Bueno Amorim Filho iniciou seus estudos sobre as cidades médias brasileiras. O autor afirma que, nessa época, antes das cidades médias serem mais profundamente analisadas, o único fator levado em consideração era a demografia, sendo considerada média toda cidade que apresentasse entre 20.000 e 100.000 habitantes. Entretanto, o autor declarou que esse critério, apesar de não poder ser negligenciado, não era suficiente para classificar as cidades como médias.

A noção de cidade média é [...] muito mais complexa e toca, praticamente, todos os domínios da vida na própria cidade e no espaço do entorno. É certo, em particular, que para poder ser classificada como “média”, uma cidade deve ter ultrapassado um certo número de “limiares” que se situam no divisor da evolução entre as pequenas e as médias cidades. (AMORIM FILHO, 1973: 1 *apud* SATHLER; AMORIM FILHO; VARAJÃO, 2015: 33)

Nota-se, a partir das considerações do autor, que desde a década de 1970, as cidades médias têm chamado atenção e passaram a ser avaliadas a partir de características que vão além do porte demográfico e territorial que apresentam.

Pesquisas começaram a indicar algumas outras variáveis, além da demografia, necessárias para caracterizar uma cidade como média. Neste trabalho, por se tratar de um estudo sobre Montes Claros, considerou-se pertinente a utilização do conceito desenvolvido por Sposito (2001), que utiliza como critério de conceituação das cidades médias a funcionalidade que estas cidades apresentam. A autora define que as cidades médias desenvolvem um papel de atuação no consumo regional e local. Uma cidade média promove o deslocamento de pessoas com o objetivo de usufruírem de seus bens e serviços, aumentando o fluxo migratório e a quantidade de investimentos por parte do setor econômico e administrativo. Estas cidades se revelam como locais favoráveis para a oferta e procura de serviços e comércio, exercendo influência na rede urbana. A autora constata que:

[...] podemos caracterizar as “cidades médias”, afirmando que a classificação delas, pelo enfoque funcional, sempre esteve associada à definição de seus papéis regionais e ao seu potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estrutura dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades (SPOSITO, 2001: 635)

O fator demográfico é importante para a definição das cidades médias e, normalmente, é o primeiro aspecto a ser considerado, porém, deve-se atentar para as outras esferas como a funcionalidade (oferta de comércio e serviços), a área de influência e a centralidade.

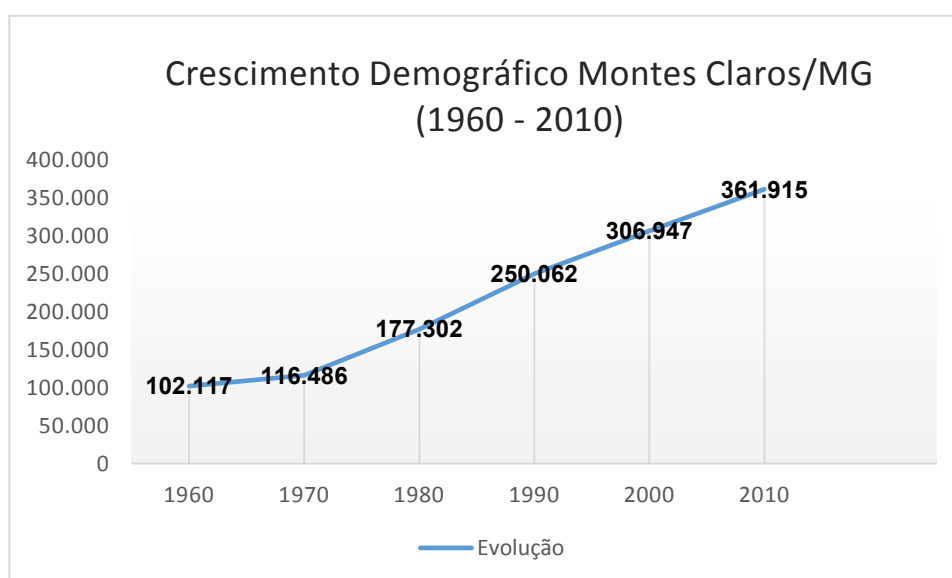
Partindo dessa breve investigação sobre o conceito de “cidade média”, pode-se começar a compreender os motivos pelos quais Montes Claros pode ser considerada uma cidade média. Como foi mencionado no início deste capítulo, a cidade exerce um importante papel de centro polarizador e núcleo funcional da

região do Norte de Minas. Sendo assim, é importante entender como se deu a evolução e crescimento de Montes Claros.

O fator que mais impulsionou o crescimento de Montes Claros foi a inclusão do Norte de Minas na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1965. A SUDENE foi criada pelo Governo Federal em 1959, com o objetivo de fomentar o processo de industrialização da região Nordeste do país, reduzindo as desigualdades entre as regiões brasileiras, e em 1965, o Norte de Minas também passou a ser incluído na área de atuação do órgão (GOMES, 2007). Esse processo fez com que Montes Claros passasse por um intenso processo de industrialização, com a implantação de um distrito industrial⁹. Todos esses fatores acentuaram, ainda mais, a expansão urbana e o crescimento populacional pois desencadearam a migração da região norte e nordeste de Minas Gerais e, também, do Sul da Bahia para a cidade (MOURA; PRATA, 2007; FRANÇA, 2011).

No Gráfico 01 é possível visualizar o crescimento da população de Montes Claros de 1960 a 2010:

Gráfico 01 – Crescimento demográfico de Montes Claros/MG



Fonte: IBGE. Censos demográficos: 1960 a 2010
Elaborado pela autora (2017)

⁹ De acordo com Gomes (2007), as indústrias implantadas na cidade eram, em geral, de médio e grande porte e pertenciam, principalmente aos seguintes ramos: têxtil, farmacêutico, produtos veterinários, produtos alimentícios, bebidas, estrutura metálica, materiais de construção, óleos vegetais e produtos de origem pecuária.

Percebe-se que a população foi crescendo gradativamente ao longo das décadas, mas que foi entre 1980 e 1990 que apresentou um maior crescimento comparado aos outros anos (cerca de 72.000 habitantes em uma década), sendo isso um reflexo dos processos migratórios gerados pela implantação do distrito industrial promovida pela SUDENE. A partir da década de 1980, a cidade reforçou o seu papel de polo comercial e industrial da região norte-mineira. Isso mostra que o processo de urbanização de Montes Claros se intensificou a partir da década de 1970, em decorrência dos fluxos migratórios originários de outras cidades, o que contribuiu para que a cidade se consolidasse como centro polarizador da região norte-mineira (FRANÇA, 2007).

França (2011) afirma que na década de 1970 também foi criado o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) através da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPU). Este programa tinha como objetivo classificar as cidades médias brasileiras e expor como se tornava importante estudar essa tipologia de cidade. Essa ação do governo federal aconteceu com o intuito de criar novos polos de desenvolvimento, controlando a migração da população para as metrópoles, o que acabava por incentivar o crescimento de cidades de médio porte. Segundo França (2011), Montes Claros foi a única cidade da região norte mineira a receber investimentos do PNCCPM em sua fase inicial. Em 1980, dentre as ações do Programa, a cidade foi contemplada com o Projeto Cidade de Médio Porte que tinha como objetivo possibilitar à população de baixa renda, o acesso à casa própria e aos serviços urbanos básicos, assim como, melhorar a infraestrutura urbana (FRANÇA, 2011).

Outra questão que mostra a evolução demográfica da cidade nessa época é a diferença na quantidade de habitantes na zona rural e urbana de Montes Claros. Na Tabela 01 é possível verificar esses dados:

Tabela 01 – Evolução da população urbana e rural de Montes Claros/MG

Ano	População Urbana	População Rural	Total
1960	43.097	59.020	102.117
1970	85.147	31.339	116.486
1980	155.295	22.007	177.302
1990	227.759	22.303	250.062
2000	289.183	17.764	306.947
2010	344.427	17.488	361.915

Fonte: IPEA (2014)

Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

Elaborado pela autora (2017)

Nota-se que em 1960 a população rural ainda era maior que a urbana, entretanto, a partir da década de 1970 a população de Montes Claros se torna majoritariamente urbana. O fato dessa transição ter ocorrido em 1970 revela que, além da migração originária da região do Norte e Nordeste de Minas e do Sul da Bahia, já mencionada, houve também uma grande migração do meio rural para o urbano.

Um estudo relevante para o entendimento da cidade de Montes Claros como centro polarizador e cidade média foi a pesquisa do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades - REGIC (2007). Neste estudo, a rede urbana brasileira foi investigada, sendo definidos níveis de hierarquia urbana e delimitadas as redes de influência de cada cidade. As referências usadas para essa classificação tomaram como partido a localização de atividades econômicas de consumo, a prestação de serviços e as relações sociais existentes nas cidades. Com isso, as cidades brasileiras foram hierarquizadas em diferentes tipos e subtipos, sendo eles: Metrôpoles (Grande metrôpole nacional, Metrôpole nacional e Metrôpole); Capital regional (Capital regional A, Capital regional B e Capital regional C); Centro sub-regional (Centro sub-regional A e Centro sub-regional B); Centro de zona (Centro de zona A e Centro de zona B); Centro local. Cada uma dessas classificações tem suas particularidades e segue um padrão de avaliação.

Montes Claros foi classificada pelo REGIC como uma Capital Regional. Segundo o IBGE, as capitais regionais, de modo geral, são cidades que:

Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. [...] este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País. (IBGE, 2007: 11)

Montes Claros se encontra no segundo grupo, ou seja, no grupo das Capitais Regionais B. Esse grupo é “constituído por 20 cidades com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos” (IBGE, 2007). Essa classificação e a análise do REGIC mostram que Montes Claros é considerada um polo regional que mantém relações diretas com outras cidades do Norte de Minas, Sul da Bahia e Vale do Jequitinhonha. Essas relações se dão no âmbito industrial, comercial e de serviços, principalmente, nos setores de saúde e educação, pois a cidade teve uma grande expansão destes setores nos últimos anos, sendo eles, os principais vetores de crescimento econômico da cidade (FRANÇA, 2011). Essa oferta de serviços faz com que Montes Claros mantenha relação com as regiões circunvizinhas, atraindo pessoas para a cidade e podendo ser considerada uma cidade média e centralidade da região norte-mineira.

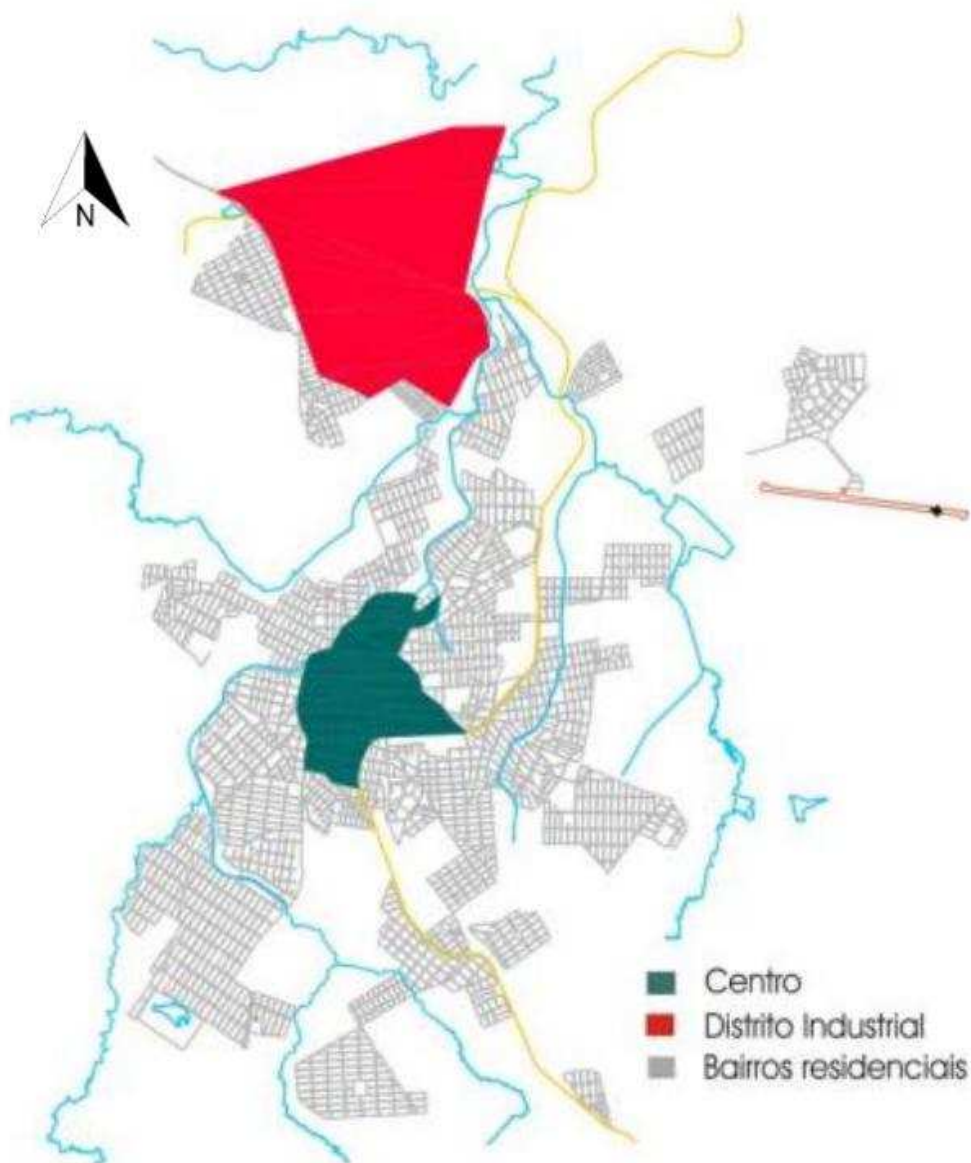
Partindo dessa caracterização do crescimento econômico e demográfico de Montes Claros é possível analisar como a cidade foi se expandindo territorialmente, acompanhando esse crescimento.

A formação da cidade de Montes Claros seguiu o padrão de formação das tradicionais cidades coloniais brasileiras, em que a ocupação inicial acontecia nos arredores da igreja na praça principal. Até a década de 1970, a ocupação urbana de Montes Claros se limitava apenas à região central e aos bairros adjacentes. Juntamente com o crescimento econômico e demográfico da cidade, a partir dessa época, verificou-se a expansão do tecido urbano em um padrão urbanístico disperso (MOURA; PRATA, 2007).

Gomes (2007) afirma que nesse período a cidade apresentou uma valorização imobiliária da região central para fins comerciais, ocorrendo, então, o deslocamento do setor residencial existente no centro para outras regiões. O desenvolvimento do comércio na região central fez com que o centro se expandisse e as áreas residenciais se afastassem, ocupando as áreas de seu

entorno. Além disso, nessa mesma época, observa-se a implantação do distrito industrial na zona norte da cidade. A autora afirma que, com isso, a cidade se viu numa certa “setorização” dos usos no espaço urbano: “[...] no núcleo central – comércio e serviços; no anel pericentral e nas áreas de expansão urbana – residências; e no Distrito Industrial, à norte – as indústrias. Montes Claros se configurava, nesse período, como uma “Cidade Setorizada” (GOMES, 2007). Na Figura 05 é possível visualizar essa configuração urbana de Montes Claros na década de 1970.

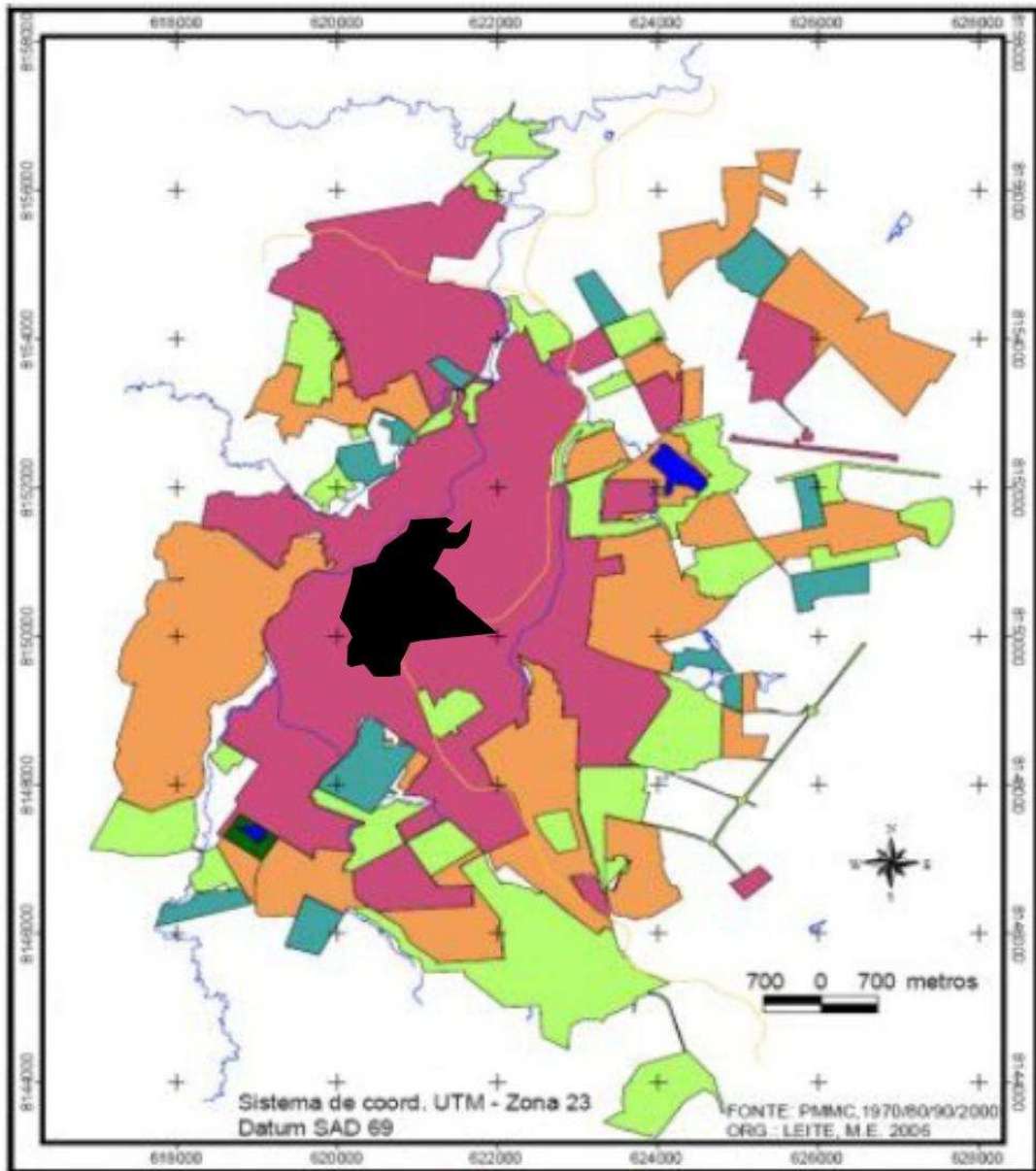
Figura 05 – Mancha Urbana de Montes Claros na década de 1970










Fonte: GOMES (2007)
Adptado pela autora (2017)

Observa-se, a partir do mapa da Figura 05, que as áreas residenciais da cidade foram se expandindo a partir do centro, e depois se tornando dispersas no tecido urbano. Essa rápida expansão da área urbana de Montes Claros, a partir de 1970, foi facilitada pela topografia. O sítio urbano da cidade apresenta topografia de planalto, sendo suavemente plana, sem grandes obstáculos físicos, fato que também justifica a forma de ocupação urbana dispersa e espraiada que Montes Claros apresenta. Além disso, a legislação flexibilizada facilitou a implantação de novos loteamentos e também favoreceu essa dispersão dos tecidos urbanos na cidade (GOMES, 2007). Na Figura 06 é possível visualizar como a mancha urbana de Montes Claros foi crescendo entre as décadas de 1970 e 2000.

Figura 06 – Malha urbana de Montes Claros de 1970 a 2000



- | | |
|--|--|
|  Malha Urbana na Déc. de 70 |  Crescimento no Ano 2000 |
|  Malha Urbana na Déc. de 80 |  Parque Milton Prates |
|  Malha Urbana na Déc. de 90 |  Lago |
| Hidrografia | Linha Férrea |
|  Centro | |

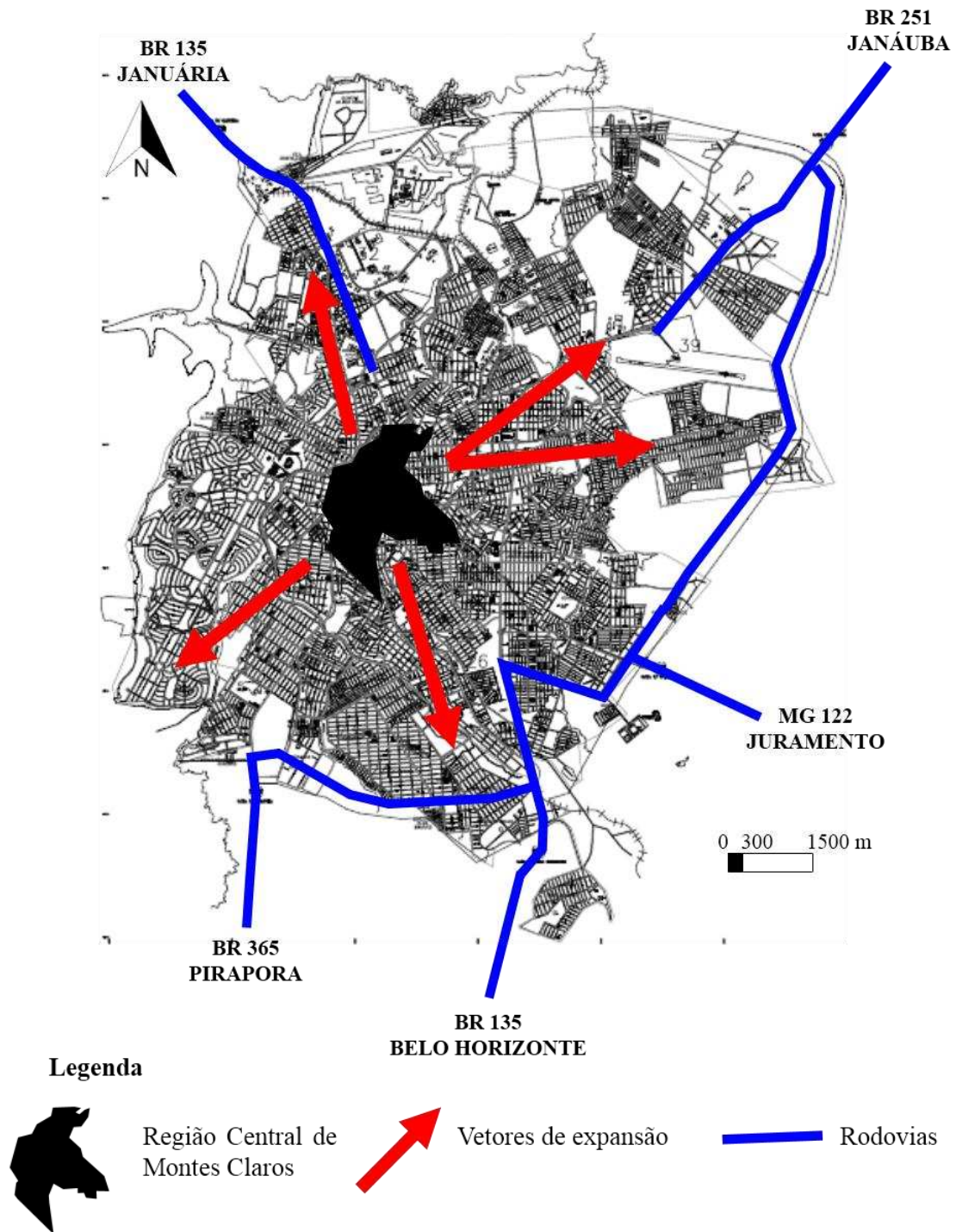
Fonte: FRANÇA, 2007.
Adaptado pela autora (2017)

Percebe-se que a expansão da cidade se deu, primeiramente, de forma concêntrica, surgindo novos bairros nas adjacências do centro entre os anos 1970 e 1980. Porém, a partir da década de 1980, com o crescimento rápido da cidade, o tecido urbano começou a se expandir de forma bastante espraçada e dispersa.

Montes Claros, diferentemente de outras cidades médias que, com o crescimento, apresentaram uma verticalização do espaço urbano, não passou por este processo. O tipo de topografia e a falta de leis de incentivo são justificativas para isso. Sendo assim, a cidade passou a crescer de forma horizontal, ocupando espaços dispersos na malha urbana, e criando vazios urbanos entre esses novos loteamentos, dando margem para um grande histórico de especulação imobiliária. (MOURA; PRATA, 2007)

Essa realidade do espraçamento e dispersão dos tecidos urbanos de Montes Claros se mostra mais nítida com o tempo. Do início dos anos 2000 - último ano retratado na Figura 06 - até a presente data, a dispersão urbana se acentuou progressiva e intensamente na cidade. Na Figura 07 é possível visualizar o aumento da mancha urbana, os vetores de crescimento e as rodovias que passam pelo município.

Figura 07 – Mapa urbano de Montes Claros com vetores de expansão e rodovias



Fonte: Prefeitura de Montes Claros (2008)

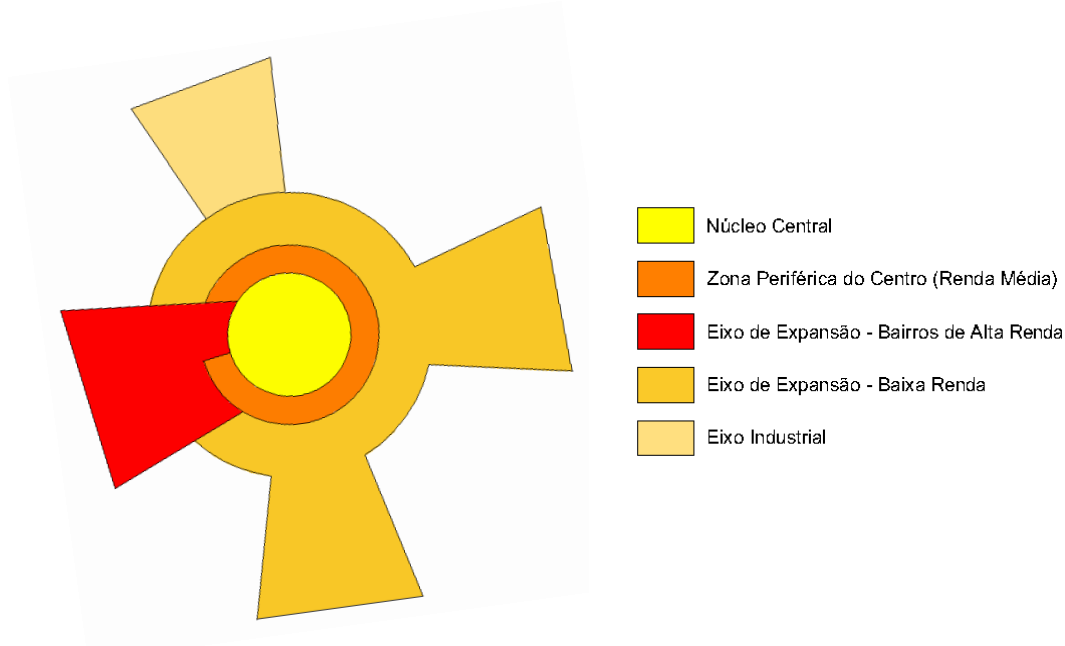
Elaborado pela autora (2017)

Percebe-se, a partir da Figura 07, que Montes Claros apresenta um crescimento bastante espreado, em todas as direções. O crescimento da cidade

se deu a partir do centro, mas segue eixos dispersos pelo tecido urbano. Alguns desses eixos se encontram na direção das rodovias que passam pelo município.

É importante frisar que os vetores de expansão de Montes Claros seguem claros padrões socioeconômicos. Nos vetores que estão à nordeste, noroeste e sul da cidade encontra-se maioria da população de baixa renda. Já os vetores à sudoeste e as áreas periféricas do centro abrigam, majoritariamente, população de média/alta renda. A partir dessa constatação foi possível desenvolver um esquema (Figura 08) - baseado no “Esquema de organização espacial da cidade latino-americana” desenvolvido por Corrêa (2000) em seu livro intitulado “O espaço urbano” - que apresenta a forma que a cidade de Montes Claros toma em sua expansão de acordo com os critérios socioespaciais.

Figura 08 – Esquema eixos de expansão de Montes Claros



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O esquema da Figura 08, que representa a realidade de Montes Claros, afirma as teorias, expostas no capítulo 2, de que a dispersão urbana vem acompanhada da segregação socioespacial. Percebe-se que a expansão de Montes Claros, ilustrada na Figura 08, segue a dinâmica da primeira “alternativa de segregação metropolitana” estudada por Villaça (2001) (apresentada na Figura 03, no item 2.1.3 deste trabalho). A cidade vai seguindo seus eixos de expansão

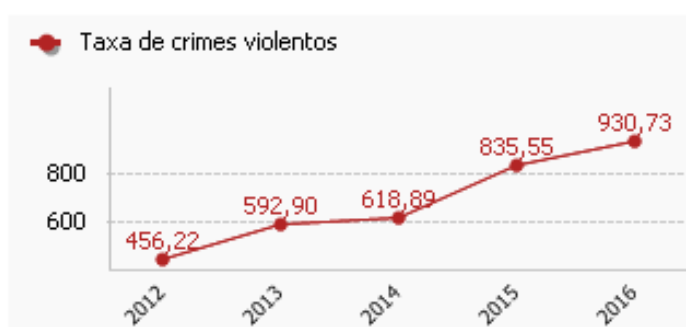
segregando as classes sociais em seus diferentes habitats dispersos na cidade, abrangendo a questão dos enclaves fortificados, pois, dentro desses eixos, a forma de moradia predominante na atualidade vem sendo os condomínios fechados e monitorados. Nota-se que os processos resultantes do modo de produção capitalista do espaço, como a dispersão urbana e a segregação socioespacial podem ser observados e comprovados no espaço urbano da cidade Montes Claros.

Após essa caracterização acerca do crescimento econômico, populacional e urbano de Montes Claros enquanto cidade média, é pertinente que se comece a explorar as questões relacionadas aos índices de criminalidade e ao medo da violência na cidade.

3.2 CRIMINALIDADE E MEDO EM MONTES CLAROS/MG

O crescimento populacional e econômico de Montes Claros, conseqüentemente, acarretou no aumento das diferenças sociais, da criminalidade e da insegurança na cidade. De acordo com a Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS (2016), apesar do número de homicídios ter diminuído nos últimos anos, as taxas de crimes violentos e crimes contra o patrimônio em Montes Claros aumentaram gradativamente de 2012 a 2016. Nos gráficos 02 e 03 é possível verificar a evolução desses tipos de crimes na cidade:

Gráfico 02 – Taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes



Fonte: Secretaria do Estado de Defesa Social (2016)
Disponível em: www.numeros.mg.gov.br

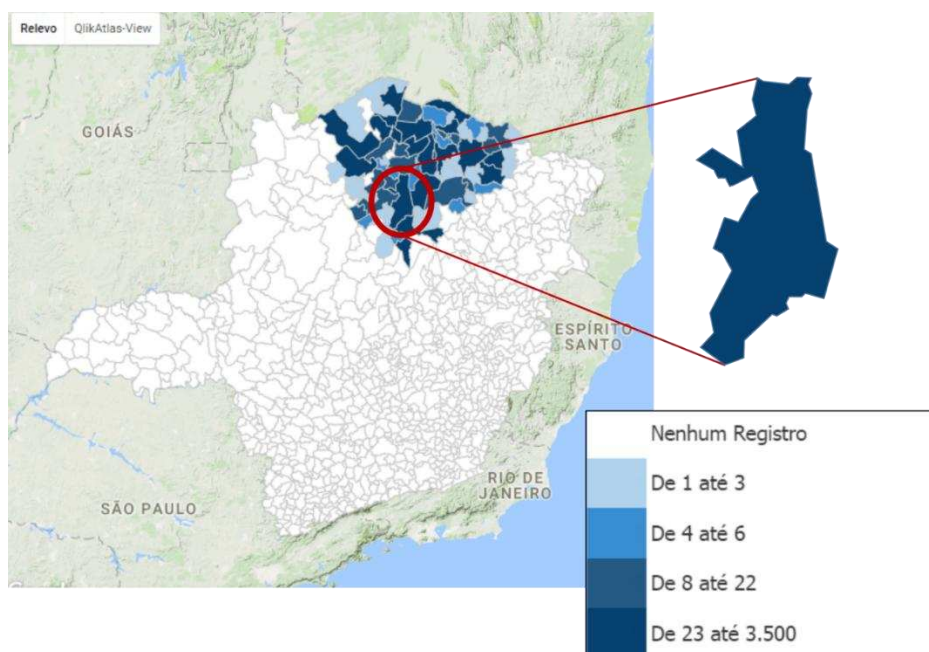
Gráfico 03 – Taxa de crimes contra o patrimônio por 100 mil habitantes



Fonte: Secretaria do Estado de Defesa Social (2016)
Disponível em: www.numeros.mg.gov.br

Nota-se que o número de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio¹⁰ cresceu em Montes Claros entre 2012 e 2016. A Figura 09 retrata o número de ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio registradas no ano de 2016 na região do Norte de Minas. Pode-se perceber que Montes Claros está entre as cidades que registraram o maior número da tabela (apresentando o indicador máximo: 3.500 crimes contra o patrimônio).

Figura 09 – Registros de crimes violentos contra o patrimônio (2016)

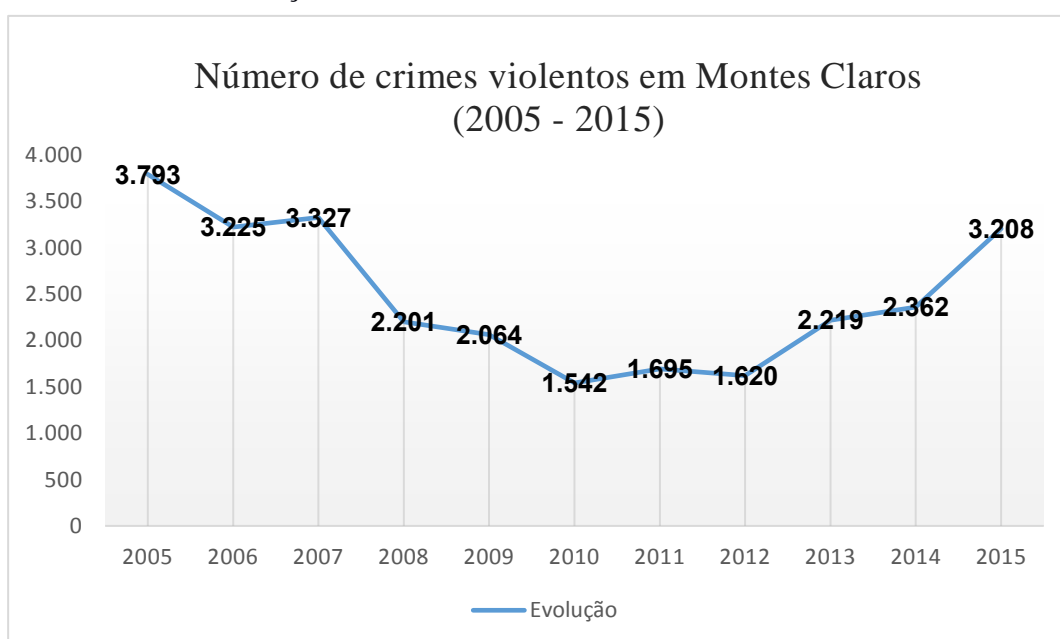


Fonte: Secretaria do Estado de Defesa Social (2016)
Disponível em: www.numeros.mg.gov.br

¹⁰ Os crimes contra o patrimônio são os crimes cometidos contra qualquer tipo de bem que tenham expressão econômica para a pessoa. De acordo com o Código Penal, dentre os crimes contra o patrimônio se encontram o furto, o roubo, a extorsão, o estelionato, entre outros. Já os crimes contra a pessoa são os delitos que atentem contra a integridade de uma pessoa. Se enquadram nessa categoria crimes como o homicídio, o feminicídio, as lesões corporais, dentre outros.

Estes dados e imagens tem o intuito de ilustrar como a violência é um problema presente no cotidiano de Montes Claros, fazendo com que o medo da violência cresça a partir da divulgação desses dados pela mídia e pelo poder público. É importante frisar que, nos anos anteriores a 2012, os índices de criminalidade na cidade tiveram uma grande variação, com números maiores e menores do que os registrados no período já abordado neste trabalho. O Gráfico 04 apresenta a quantidade de crimes violentos registrados pela Polícia Militar de 2005 a 2015 em todo o município:

Gráfico 04 – Evolução do número de crimes violentos em Montes Claros/MG



Fonte: 10º e 50º Batalhões da Polícia Militar (2016)
Elaborado pela autora (2016)

Com o Gráfico 04 é possível observar que os índices criminais em Montes Claros tiveram uma queda no ano de 2010 e que, a partir de 2011 esses índices começaram a aumentar novamente.

Como parte da metodologia deste trabalho, foi realizada entrevista com um membro da Polícia Militar de Montes Claros com o intuito de investigar como se deu essa evolução nas estatísticas criminais de Montes Claros, qual é a percepção da polícia para com o medo e quais são as consequências relacionadas a isso. De acordo com entrevista concedida por um Tenente Coronel da Polícia Militar, membro da 11ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP (2016), essa queda

da criminalidade registrada no ano de 2010 se justifica pelo fato de que, a partir de 2005, o governo estadual vigente começou a investir mais em segurança pública, tratando o assunto como uma política pública e proporcionando redução de aproximadamente 60% no número de crimes em Montes Claros ao longo de cinco anos. Porém, a partir de 2010, esses investimentos começaram a ficar mais escassos, fazendo com que os índices aumentassem novamente de forma gradativa, como pode ser verificado no Gráfico 04.

Além disso, o entrevistado afirmou que outro motivo que contribuiu para o aumento da criminalidade a partir de 2010 em Montes Claros foi o tráfico e o uso de drogas, principalmente o *crack*. Segundo ele, houve um aumento muito grande no tráfico de drogas e no número de usuários de *crack* na cidade de Montes Claros. Sobre essa questão afirmou que:

Em Montes Claros, nós temos usuários demais, o consumo aqui é muito grande, e o *cara* para manter o vício, se ele não for rico para custear, e se ele não trabalhar, ele vai de alguma forma envolver com o crime para manter o vício. [...] cada vez mais pessoas menores de idade estão envolvidas com o tráfico de drogas. Então, nós temos um problema muito grande relacionado à questão do uso e tráfico de drogas. Tem traficante porque tem usuário, entendeu? E nós não temos, na nossa cidade de Montes Claros, nenhum levantamento sério de qual que é o nosso real problema relacionado a drogas. Você vai encontrar um bocado de organização, cada uma trabalhando de maneira isolada [...] nós não temos uma política pública municipal de enfrentamento desse problema. Para você ter uma ideia nós não temos nenhuma clínica específica de tratamento do viciado crônico, uma cidade com quase 400 mil habitantes [...] Então, o município ainda não se atentou pra esse grave problema e não faz nada de concreto, de maneira organizada e pontual para enfrentar esse grande problema que há. Sequer hoje, nós conhecemos o problema.¹¹

O entrevistado também afirmou que um dos fatores que contribuem para esse aumento no tráfico de drogas é a presença de importantes rodovias nacionais e estaduais que passam por Montes Claros (Figura 07), pois, apesar de ser um fator que colaborou e ainda colabora para o desenvolvimento da cidade, acaba facilitando o acesso à cidade, transformando-a em uma rota para o tráfico e, conseqüentemente, trazendo mais violência.

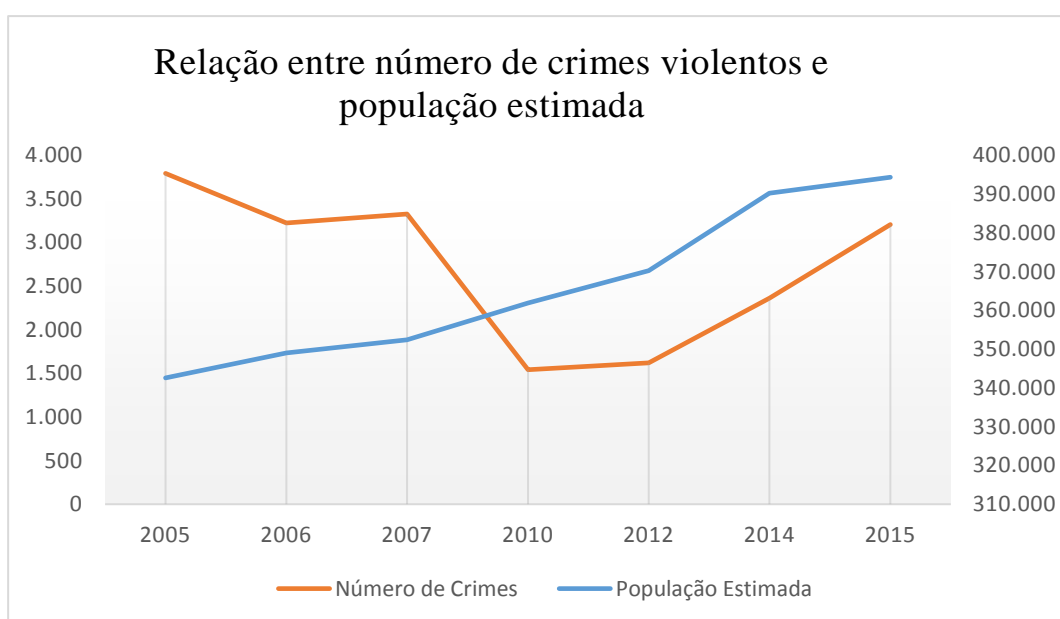
É nítido, a partir desses dados, que a criminalidade violenta vem aumentando em Montes Claros nos últimos anos e que a cidade apresenta altos

¹¹ Parte da entrevista concedida pelo Tenente Coronel, membro da 11ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP) em 10 de agosto de 2016.

índices de ocorrências, principalmente, no que se refere aos crimes violentos contra o patrimônio, como o roubo em que há emprego de violência ou de arma de fogo, também afirmou o policial militar durante a entrevista.

Embora o número de crimes violentos tenha aumentado nos últimos cinco anos em Montes Claros, a evolução dos índices criminais não acompanhou o crescimento populacional da cidade. O Gráfico 05 e a Tabela 02 mostram a relação entre o crescimento populacional e a evolução do número de crimes na cidade:

Gráfico 05 – Relação entre número de crimes violentos e população estimada¹²



Fonte: 10º e 50º Batalhões da Polícia Militar (2016)
IBGE
Elaborado pela autora (2017)

¹² Não foi possível obter informações sobre o número da população de Montes Claros em todos os anos da década estudada. Por este motivo, os anos de 2008, 2009, 2011 e 2013 não constam no Gráfico 05 e na Tabela 02. Além disso, por não ter sido realizado Censo Demográfico em todos os anos (apenas nos anos de 2001 e 2010), foi necessário que se utilizasse os dados de população estimada para esses anos, fornecidos pelo IBGE.

Tabela 02 – Relação entre número de crimes violentos e população estimada

Ano	População Estimada	Número de Crimes	Relação (Número de habitantes por crime)
2005	342.586	3.793	90,32
2006	348.991	3.255	107,21
2007	352.384	3.327	105,91
2010	361.915	1.542	234,70
2012	370.216	1.620	228,52
2014	390.212	2.362	165,20
2015	394.350	3.208	122,92

Fonte: 10º e 50º Batalhões da Polícia Militar (2016)

IBGE (2017)

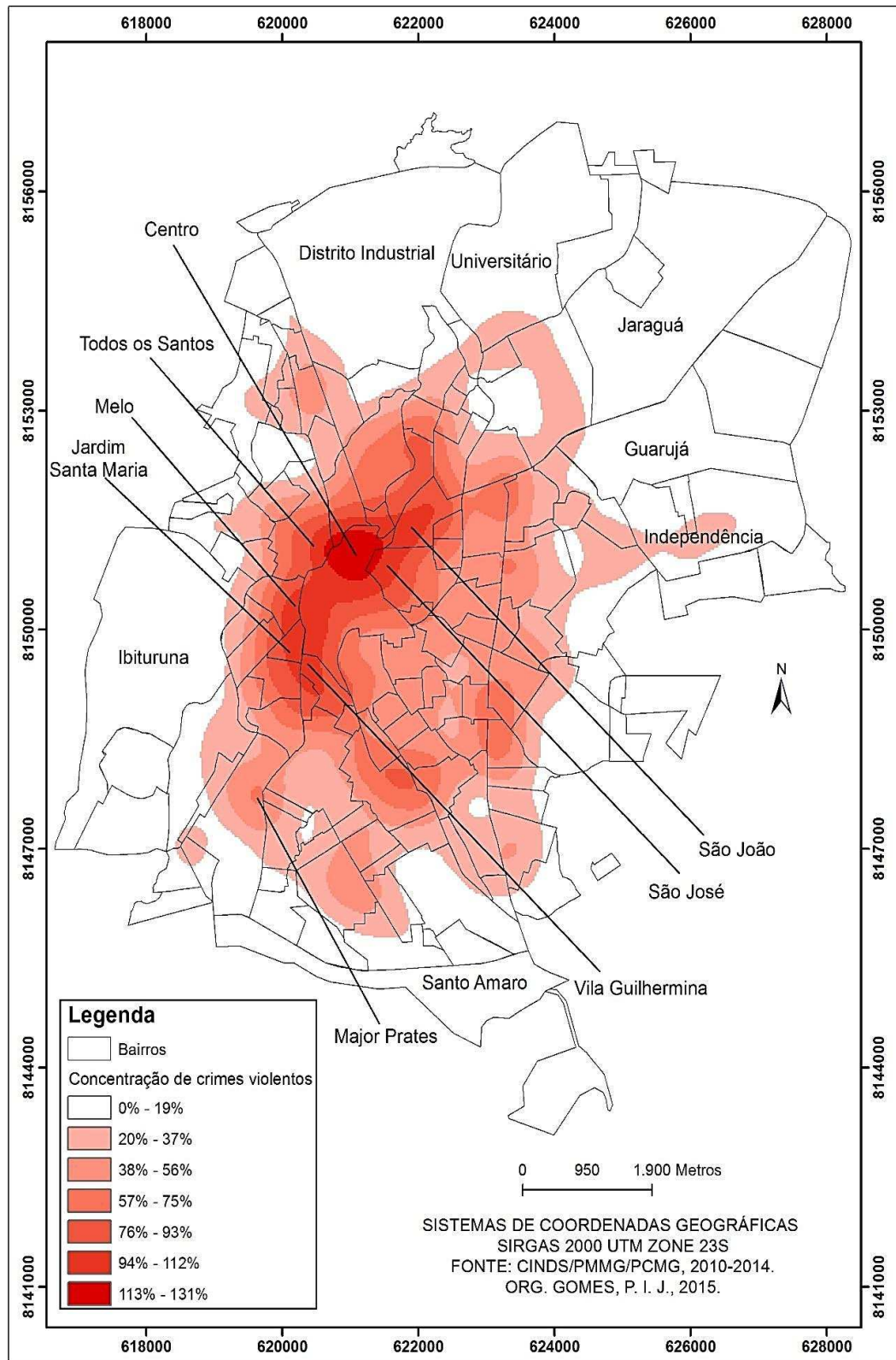
VIEIRA (2012)

Elaborado pela autora (2017)

Observa-se, a partir do Gráfico 05 que as linhas da população estimada e do número crimes violentos não seguem a mesma evolução. Por mais que a população vem aumentando progressivamente no município, a quantidade de crimes violentos demonstrou oscilações ao longo dos anos abordados. Tal fato mostra que o aumento de crimes não tem relação com o crescimento da população de Montes Claros, não sendo um fator a ser levado em conta ao se analisar os índices de violência. A Tabela 02 mostra a relação entre essas duas variáveis (população estimada e número de crimes) e comprova que o número de habitantes para cada crime violento cometido nos anos estudados variou muito e que, apesar de 2015 apresentar altas taxas de crimes, foi em 2005 que a taxa de ocorrências criminais se mostrou mais alta (aproximadamente 1 crime para cada 90,32 habitantes).

Além das estatísticas gerais de Montes Claros, é importante observar como se dá a concentração espacial dos crimes na cidade. No mapa da Figura 10, desenvolvido por Gomes (2016), é possível observar quais são as regiões onde o número de crimes violentos foi mais elevado entre os anos de 2010 a 2014.

Figura 10 – Concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros (2010 – 2014)



Fonte: GOMES (2016)

Percebe-se, a partir da Figura 10, que é na região central e nos bairros adjacentes ao centro que se concentram os maiores números de crimes violentos em Montes Claros. Nota-se, também, que os bairros presentes nos vetores de expansão da cidade (Figura 07) não apresentam grande concentração de crimes violentos. Isso mostra que a concentração de crimes no espaço urbano de Montes Claros não está, necessariamente, relacionada à expansão da cidade e que a violência se concentra nas regiões mais antigas.

O aumento da violência e da criminalidade de 2010 a 2015, conseqüentemente, colabora para a proliferação do medo e do sentimento de insegurança na população. Mesmo que os índices mostrem que a criminalidade foi minimizada em alguns dos anos analisados, e que os índices de 2015 sejam menores do que os índices de 2005, por exemplo, o medo da violência e o sentimento de insegurança são sempre constantes no cotidiano das pessoas. Essa questão pode ser comprovada a partir da pesquisa de vitimização realizada por Gomes (2010). O autor afirma que no de 2009, ano em que os índices de criminalidade começaram a indicar queda (Gráfico 04), o sentimento de insegurança da população de Montes Claros chegava a 75%. Isso mostra que os dados oficiais de criminalidade se opõem à realidade do sentimento de insegurança da população, fato que mostra que o medo da violência é crescente e constante no cotidiano da cidade.

Outro fato que comprova esse aumento do medo da violência em Montes Claros nos últimos anos é a crescente procura por sistemas de proteção patrimonial. Foi realizada entrevista com proprietário de uma empresa de segurança privada com o objetivo de analisar quais são os tipos de produtos e serviços procurados pela população, como a busca por proteção vem crescendo na cidade e qual é a percepção desse tipo de empresa com relação ao medo da violência na cidade.

A empresa participante da pesquisa oferece serviços como o de monitoramento eletrônico de imóveis, rastreamento de automóveis e instalação de produtos de segurança como concertinas, cercas elétricas, alarmes, câmeras e porteiros eletrônicos (ou vídeo-porteiros). Segundo o entrevistado, o tipo de serviço mais procurado pela população de Montes Claros, atualmente, é o

monitoramento dos imóveis residenciais ou comerciais por meio de alarmes e câmeras. Com esse serviço, o imóvel é monitorado 24 horas por dia por uma central da empresa. Se o alarme do imóvel monitorado disparar em algum momento, a central é avisada e são enviados seguranças ao local para averiguar o que houve e tomar as devidas providências, de acordo com cada ocorrência.

Conforme o empresário, a procura pelos serviços oferecidos pela empresa cresceu muito nos últimos anos:

[...] está tendo uma procura muito grande, tanto que tivemos que aumentar o número de funcionários. E mesmo assim, se você fecha comigo um alarme eu só vou instalar daqui um mês. Acho que de estatística, se for pegar desde quando abrimos a loja, a 6 anos atrás, acho que aumentou uns 40%. Aqui em Montes Claros tem muitas empresas de segurança e todas trabalham desse jeito, cheias de serviço para fazer e a demanda realmente aumentou. (Sócio proprietário de empresa de segurança privada de Montes Claros, 2016)

Essa constatação mostra que, assim como foi exposto no item 1.4 deste trabalho, as empresas de segurança privada têm crescido e lucrado cada vez mais nos últimos anos no Brasil, e que Montes Claros está inserida nessa realidade. Tal fato demonstra que o medo da violência é real e presente na realidade da população montesclarensce.

A partir dessa investigação sobre a criminalidade e a violência em Montes Claros, de forma geral, torna-se possível adentrar estudo de caso de dois bairros da cidade de Montes Claros, com o intuito de analisar e demonstrar como o medo da violência traz consequências para o espaço urbano e para o convívio social.

3.3 TRANSFORMAÇÕES CAUSADAS PELO MEDO: UMA ANÁLISE DOS BAIROS VILA OLIVEIRA E JARDIM PANORAMA

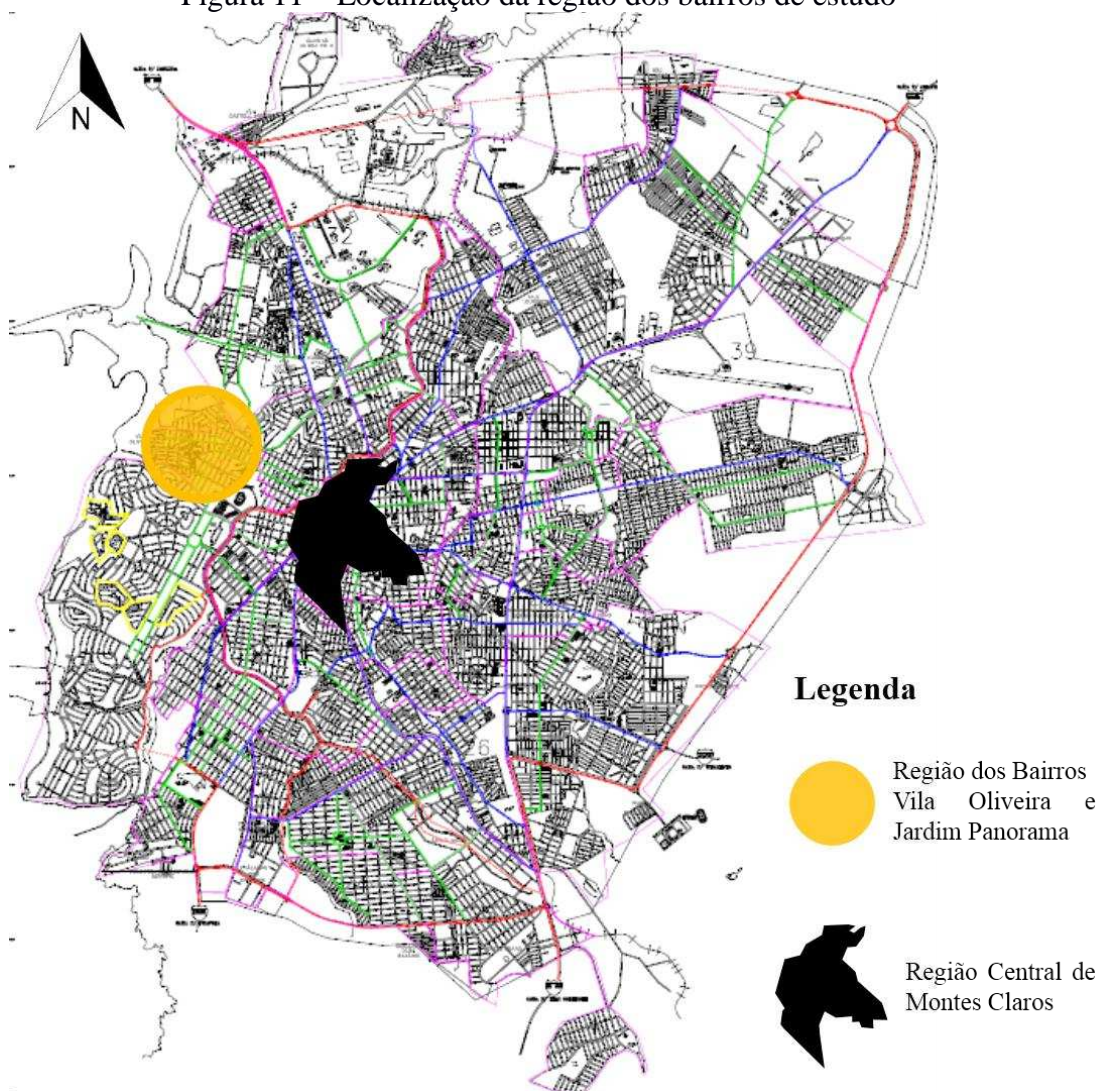
Apresentada a caracterização de Montes Claros e abordada a incidência da criminalidade na cidade, torna-se possível aprofundar na análise do tema deste trabalho, a partir da investigação dos bairros escolhidos como objeto de estudo.

A escolha dos bairros para o estudo seguiu critérios pré-definidos que se mostraram importantes para o tipo de pesquisa a ser realizada, sendo eles: 1) apresentarem perfis de população diferentes entre si no que se refere à classe social, para que se pudesse comparar como o medo da violência se manifesta em diferentes contextos sociais; 2) serem bairros contíguos, facilitando a análise

espacial e possibilitando analisar as relações entre os dois bairros; 3) serem bairros antigos da cidade, para que se pudesse verificar a evolução das consequências do medo da violência ao longo do tempo.

Tendo esses critérios e o conhecimento sobre a cidade de Montes Claros como parâmetros, foi possível avaliar o espaço urbano da cidade, chegando a conclusão de que os bairros Vila Oliveira e Jardim Panorama se mostravam pertinentes para a proposta da pesquisa, pois obedecem aos três critérios estabelecidos e possuem área e número de habitantes semelhantes, facilitando a análise. Na Figura 11 pode-se visualizar em qual região de Montes Claros se encontram os bairros selecionados:

Figura 11 – Localização da região dos bairros de estudo



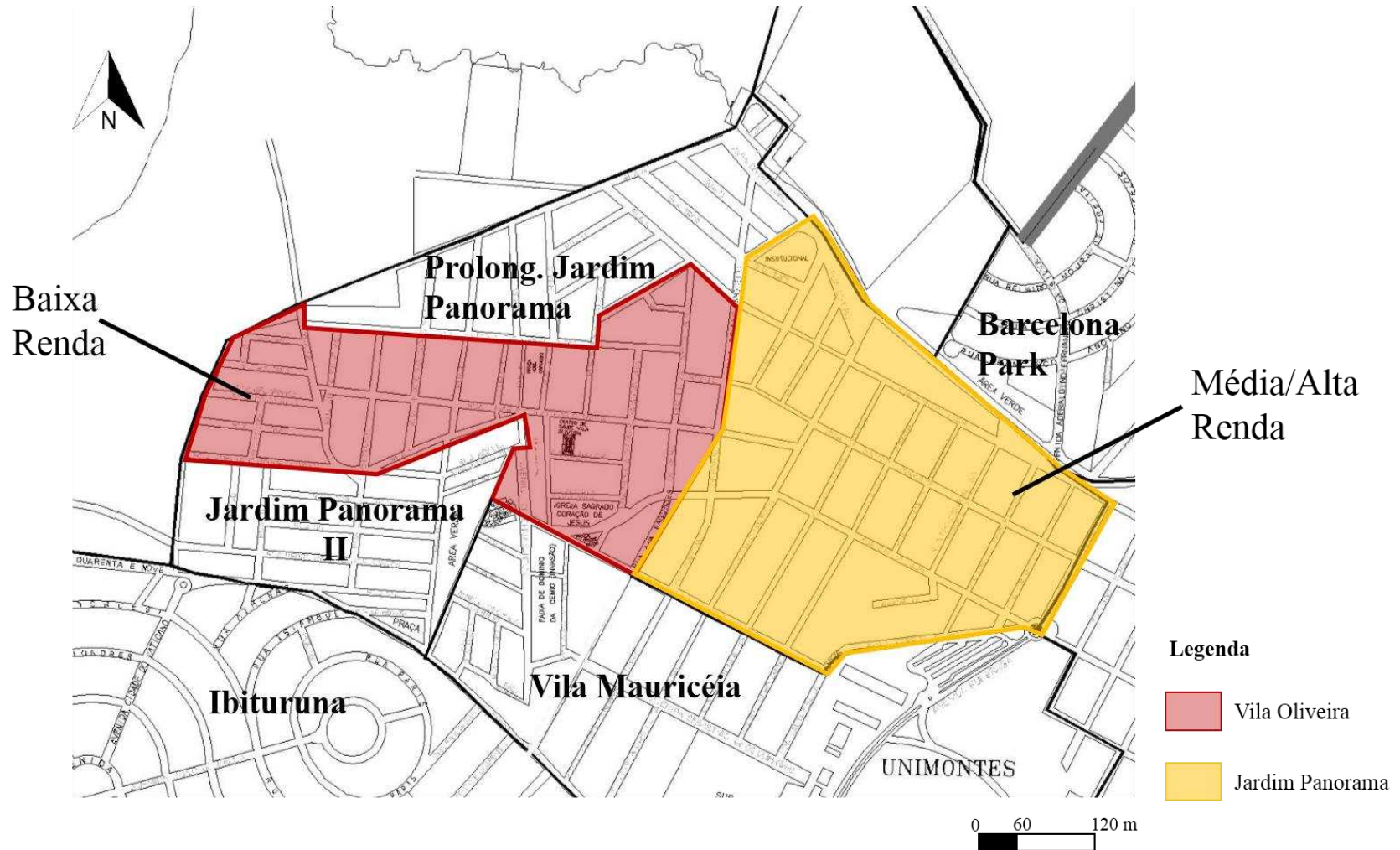
Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros (2008)
Elaborado pela autora (2017)

Os bairros se encontram na região oeste e próximos à área central da cidade. De acordo com a Figura 06, apresentada no item 3.1 deste trabalho, essa região de Montes Claros começou a se desenvolver nas décadas de 1970 e 1980, época que marcou o desenvolvimento da cidade com a chegada do distrito industrial. Portanto, os bairros de estudo seguem o critério 3 estabelecido na metodologia – serem bairros antigos da cidade.

Além disso, de acordo com os dados da Polícia Militar e do Mapa da Figura 10, percebe-se que a área dos bairros de estudo, apesar de não estar entre as regiões com maiores índices de concentração de crimes violentos, se encontra próxima de bairros com altos índices criminais e está próxima ao centro da cidade, sendo este outro fator importante para a análise dos bairros.

Na Figura 12, pode-se visualizar, mais detalhadamente, a área e a delimitação dos bairros em questão:

Figura 12 – Delimitação dos bairros de estudo



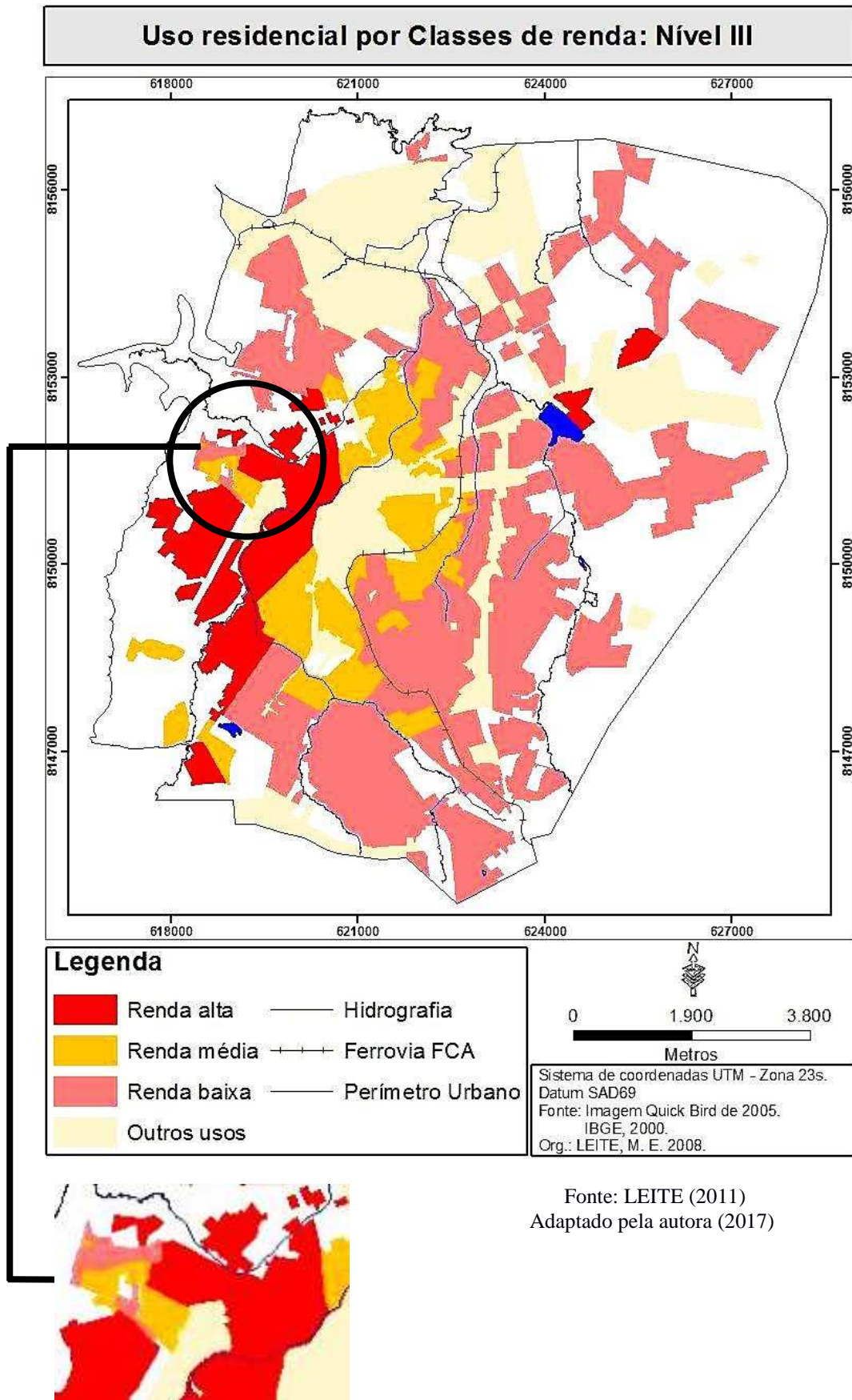
Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros (2008)
Elaborado pela autora (2017)

Como pode ser observado, os bairros de análise são limítrofes, obedecendo o segundo critério metodológico exposto. Foram encontradas dificuldades ao definir os limites dos bairros de estudo, pois a divisão da cidade fornecida pela Prefeitura Municipal é feita por loteamentos e não por bairros, não correspondendo com a realidade observada empiricamente. Sendo assim, a delimitação da área de cada bairro foi baseada nas informações de territorialização e divisão dos bairros fornecidas pelos agentes de saúde do Programa de Saúde de Família (PSF) do bairro Vila Oliveira, juntamente com o mapa de delimitação de bairros disponível na Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Não foram encontradas fontes que informem o número de habitantes e o histórico de desenvolvimento dos bairros, entretanto, através dos Setores Censitários do IBGE (2010), pode-se constatar que a população das duas áreas de estudo se assemelham em números – cerca de 2.500 habitantes em cada bairro.

As informações sobre renda de cada bairro foram baseadas na pesquisa de Leite (2011). O autor desenvolveu um mapa que mostra o uso residencial do solo de Montes Claros através da classificação de renda. Na Figura 13 é possível observar que a região do bairro Vila Oliveira é classificada como de renda baixa e a região do bairro Jardim Panorama como de renda alta. Isso mostra que os bairros selecionados para a pesquisa seguem o critério 1 estabelecido - apresentarem perfis de população diferentes entre si no que se refere à classe social.

Figura 13 – Uso residencial por classes de renda



Essa diferenciação nas classes sociais de cada bairro pode ser melhor visualizada através de fotografias. É nítida a diferença na paisagem urbana, na arquitetura e na infraestrutura entre o Jardim Panorama e o Vila Oliveira. Nas figuras 14, 15, 16 e 17 é possível perceber a discrepância na realidade social e na infraestrutura urbana entre os dois bairros.

Figuras 14 e 15 – Infraestrutura bairro Vila Oliveira



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Nota-se que no Vila Oliveira (Figuras 14 e 15) a infraestrutura urbana é precária, se comparada com o Jardim Panorama. A qualidade do asfalto e das calçadas é muito inferior, além disso, há uma grande presença de lixo nas ruas do Vila Oliveira, que não é notada no Jardim Panorama.

Figuras 16 e 17 – Infraestrutura bairro Jardim Panorama

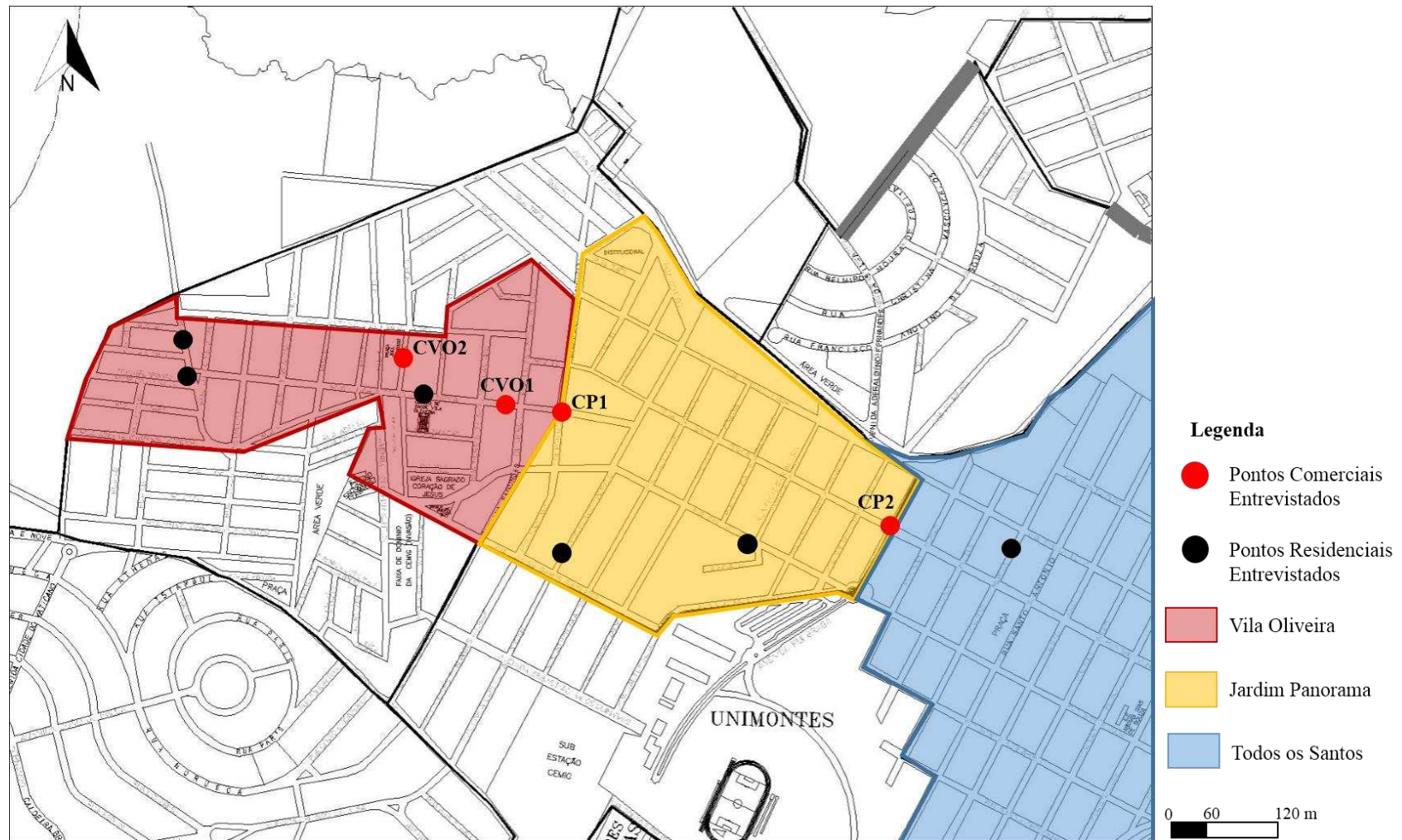


Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Já no Jardim Panorama (Figuras 16 e 17), existe infraestrutura urbana com asfalto e calçadas adequadas, não há presença de lixo e as ruas são mais largas e arborizadas. A diferença visual e infraestrutural desses bairros é visível.

A partir desse panorama geral das áreas estudadas, se tornou possível aprofundar nas questões relacionadas ao medo da violência. Para que se pudesse investigar como o medo e suas consequências se manifestam no cotidiano desses bairros, foram realizadas entrevistas com comerciantes e moradores de cada bairro. Na Figura 18 estão localizados os pontos onde as entrevistas foram realizadas:

Figura 18 – Localização dos participantes da pesquisa



Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros (2008)
Confeccionado pela autora (2017)

Primeiramente, foram entrevistados proprietários de comércios locais de cada bairro. Foi considerado que, para a pesquisa, o relato desses entrevistados seria interessante, pois os comerciantes presenciam o cotidiano do bairro, observam os acontecimentos locais e também são possíveis vítimas de crimes violentos. Sendo assim, foram definidos dois comércios de cada bairro, como pode ser observado na Figura 18.

A entrevista realizada foi do tipo semiestruturada (roteiro no Anexo 1). Foram abordadas questões acerca do medo da violência, com o intuito de entender qual a percepção dos entrevistados sobre o assunto, como eles lidam com essa problemática e quais seriam as soluções para o problema, na visão dos mesmos.

A Tabela 03, a seguir, foi elaborada com o intuito de expor as respostas dadas pelos entrevistados aos principais questionamentos feitos durante as entrevistas:

Tabela 03 – Entrevistas com comerciantes dos bairros de estudo

Perguntas	Comerciante 1 Vila Oliveira (CVO1)	Comerciante 2 Vila Oliveira (CVO2)	Comerciante 1 Jardim Panorama (CP1)	Comerciante 2 Jardim Panorama (CP2)
Tempo de estabelecimento	32 anos	07 anos	02 anos	06 anos
Já foi vítima de crimes contra o patrimônio ou contra a pessoa no bairro?	Não	Sim, várias vezes	Não	Sim, uma vez
Considera o bairro:	Violento	Razoavelmente seguro	Seguro	Razoavelmente seguro
O que causa medo?	Leis muito “fracas”	Tráfico de drogas e assalto	Falta de iluminação e assaltos	Falta de movimento nas ruas e de policiamento
Soluções para o problema	Mais punição para crimes	Maior policiamento	Reforma política, ação do governo	Policiamento, posto policial no bairro

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos nas entrevistas (2016)

Após analisar todas as respostas e o contexto socioeconômico de cada entrevistado, foi possível concluir que o medo da violência é percebido pelos

comerciantes, entretanto, a forma como os entrevistados “enxergam” o medo e lidam com ele varia de acordo com o contexto em que estão inseridos.

A partir da Tabela 03, nota-se que o comerciante CVO1 do bairro Vila Oliveira possui o estabelecimento a 32 anos, nunca passou por nenhum tipo de violência (nenhum crime contra o patrimônio ou contra a pessoa) no bairro e, mesmo assim, considera o bairro violento, afirmando que percebe que a violência aumentou na “parte de cima” do bairro, longe de seu comércio (área onde está inserido comerciante CVO2 do mesmo bairro – Figura 18). Já o comerciante CVO2, mesmo tendo passado por vários assaltos em seu estabelecimento, considera o bairro razoavelmente seguro, pois alega que, comparado aos anos anteriores, o número de assaltos em seu estabelecimento diminuiu. Percebe-se, também, que este comerciante citou o tráfico de drogas como um causador do medo, mostrando que a área em que está inserido apresenta questões relacionadas ao tráfico, o que justifica a visão que o entrevistado CVO1 apresentou sobre a área. É perceptível, também, que na visão dos comerciantes entrevistados, a solução para o problema do medo está no reforço do policiamento e/ou em ações governamentais e legislativas.

Dessa forma, nota-se que o medo da violência esteve presente no discurso de todos os entrevistados em algum momento da entrevista, mesmo que estes nunca tenham passado por alguma situação de risco ou considerem o bairro seguro. Este fato mostra como a questão da “fala do crime” tratada por Caldeira (2000) e exposta no primeiro capítulo desta dissertação pode ser comprovada na prática, no cotidiano de nossa sociedade.

Nota-se, a partir do mapa da Figura 18, que os únicos estabelecimentos comerciais do Jardim Panorama aptos a participar da entrevista se encontram nas divisas com os bairros vizinhos (Vila Oliveira e Todos os Santos). Tal fato mostra que o Jardim Panorama é um bairro majoritariamente residencial, não apresenta uso misto do solo, fato que colabora para a perda de movimentação e de diversidade das ruas e, conseqüentemente, influencia no aumento do medo da violência e do esvaziamento do espaço público. Com isso, o bairro não apresenta a “vigilância natural” que Jacobs (2000) afirma ser essencial para amenizar a violência e o medo nas cidades.

Após realizadas as entrevistas com os comerciantes dos bairros da pesquisa, viu-se a necessidade de entrevistar antigos moradores de cada bairro com o intuito de investigar, mais profundamente, a forma como esses bairros vivenciam o medo da violência e em que dimensões o medo transformou o espaço urbano e o convívio social desses locais ao longo do tempo.

Durante a execução do trabalho de campo, foram encontradas dificuldades em recrutar moradores do Jardim Panorama disponíveis para participar da pesquisa. Tal fato explica a presença de um dos entrevistados no bairro Todos os Santos (observado no mapa da Figura 18). Mesmo não pertencendo à região de abrangência da pesquisa, considerou-se válida e pertinente a participação deste indivíduo, pois a realidade urbana, social, infraestrutural e arquitetônica dos dois bairros (Jardim Panorama e Todos os Santos) é muito semelhante, além disso, o tipo de relação percebido entre o Jardim Panorama e o Vila Oliveira também foi comprovado entre o Todos os Santos e o Vila Oliveira.

Assim como nas entrevistas realizadas com os comerciantes, pôde-se perceber que todos os moradores entrevistados convivem com o medo da violência, variando apenas a visão que cada um tem sobre a origem desse medo e sobre as formas de lidar e solucionar os problemas relacionados a ele.

Nas entrevistas com moradoras do Vila Oliveira percebeu-se que o discurso do medo gira em torno do tráfico de drogas e dos homicídios gerados pelo tráfico. Tomando como base o estudo de Souza (2006)¹³ sobre a fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial, foi possível perceber a existência de um controle territorial do bairro por parte dos grupos de traficantes de drogas. Esse controle é feito através da imposição de poder por parte dos traficantes, através do medo. No entanto, esse controle está relacionado às pessoas que são de fora do bairro. As entrevistadas relataram que, por serem moradoras antigas do bairro e conhecidas pelos traficantes, não se sentem inseguras. O trecho a seguir, da entrevista com uma das moradoras comprova essa questão:

¹³ Apresentado no item 2.1.3 deste trabalho.

[...] para quem vive no bairro, igual eu que moro aqui já a muito tempo, a gente conhece “os cara” (os traficantes) e “os cara” conhece a gente, principalmente eu que sou agente de saúde. Eu sou agente de saúde já vai fazer onze anos agora em novembro, então eles vêm, conversam comigo, eu converso com eles. Então aí está tranquilo, eles sabem que eu moro lá, sabem que eu trabalho no PSF, então para nós é mais tranquilo do que no meio deles. Quem é envolvido (no tráfico) que está ferrado. Quem é morador aqui eles respeitam. (Moradora e agente de saúde do Vila Oliveira, 2016)

Apesar da população se sentir relativamente segura dentro do bairro, o medo da ocorrência de ações violentas, principalmente homicídio, entre as pessoas envolvidas no tráfico de drogas é existente e acarretou em esvaziamento do espaço público. Os trechos das entrevistas concedidas por moradoras do Vila Oliveira mostram a presença do medo desse tipo de ocorrência no bairro:

[...] antigamente, as pessoas sentavam mais na porta para conversar, agora ainda tem, mas é menos. Agora que colocaram esses aparelhos de ginástica na praça, o pessoal vem para cá, fica fazendo exercício. O pessoal do bairro mesmo usa, foi uma coisa boa que trouxe para cá. Antes da academia não ficava assim. Às vezes as pessoas tinham até medo de vir para praça porque já aconteceu deles (traficantes) virem aqui e atirar, as vezes tem alguém que é jurado de morte, vem para a praça... já aconteceu várias vezes deles virem e atirar aí na praça pública mesmo, entendeu? É muito complicado. (Moradora e agente de saúde do bairro Vila Oliveira, 2016)

[...] o povo sentava na porta da rua, batia papo, inclusive tinha um banco na porta da minha casa e sentava aquele tanto de mulher a noite para bater papo. Depois de um tempo, eu tirei o banco de lá porque tinha gente deitando lá, fumando... aí eu tirei. Mas mesmo assim, as mulheres pegavam as cadeiras colocavam na rua, sentavam lá para conversar. Mas agora não tem mais nada. (Moradora do bairro Vila Oliveira a 69 anos, 2016)

A gente tem medo mesmo é dessas pessoas que passam procurando alguém, ninguém sabe o que acontece entre eles (traficantes), de vez em quando aparece uns com arma na rua, procurando pessoas para matar. Então, as pessoas têm mais medo é disso. (Moradora do bairro Vila Oliveira a 36 anos, 2016)

Com esses relatos é possível perceber que no bairro Vila Oliveira o medo da violência existe de forma indireta, a população do bairro não se sente insegura com relação a assaltos ou invasões em seus domicílios, porém, o medo de presenciar situações de risco promovidas pelo tráfico de drogas é real, fato que colabora para a alteração do convívio social através do esvaziamento do espaço público do bairro.

A realidade do bairro de alta renda – Jardim Panorama – difere do que foi relatado pelos moradores do Vila Oliveira. Ao contrário dos entrevistados do Vila Oliveira, os participantes da pesquisa que residem no Jardim Panorama já

passaram por alguma situação de violência no bairro em que vivem (foram relatados assaltos e invasões em domicílio). A partir das entrevistas feitas com os moradores do Jardim Panorama foi possível identificar a estigmatização territorial existente para com a população do Vila Oliveira. Todas as entrevistadas afirmaram que a proximidade com as “favelas” adjacentes é um dos fatores que provocam medo na população do Jardim Panorama, sendo o Vila Oliveira uma dessas “favelas” mencionadas. No trecho a seguir, uma das entrevistadas afirma que uma das causas para a existência da violência está na proximidade com os bairros de baixa renda vizinhos:

[...] outra coisa que faz essa insegurança é esse bairro vizinho, porque o pessoal de lá vem assaltar aqui, então assim, a vizinhança tinha que melhorar. A vizinhança é um dos fatores, o bairro é muito inseguro por causa da vizinhança. (Moradora do bairro Jardim Panorama a 28 anos, 2016)

Apesar de não estarem entre os bairros com os maiores índices de crimes violentos, os bairros Jardim Panorama e Vila Oliveira se encontram próximos a regiões com grande número de ocorrências criminais (Figura 10). De acordo com as estatísticas fornecidas pela Polícia Militar de Montes Claros, o número de crimes nos bairros analisados seguiu os padrões do restante da cidade de Montes Claros, tendo uma queda no número de ocorrências por volta do ano 2010, e voltando a aumentar nos últimos anos. Na Tabela 04 é possível observar o número de crimes violentos nos bairros da pesquisa no período entre os anos de 2005 e 2015:

Tabela 04 – Número de crimes violentos (2005 – 2015)

Bairros	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Vila Oliveira	13	4	18	4	2	2	5	6	6	2	9
Jardim Panorama	22	15	18	11	19	3	5	2	3	5	14

Fonte: 10º e 50º Batalhões da Polícia Militar (2016)
Elaborado pela autora (2017)

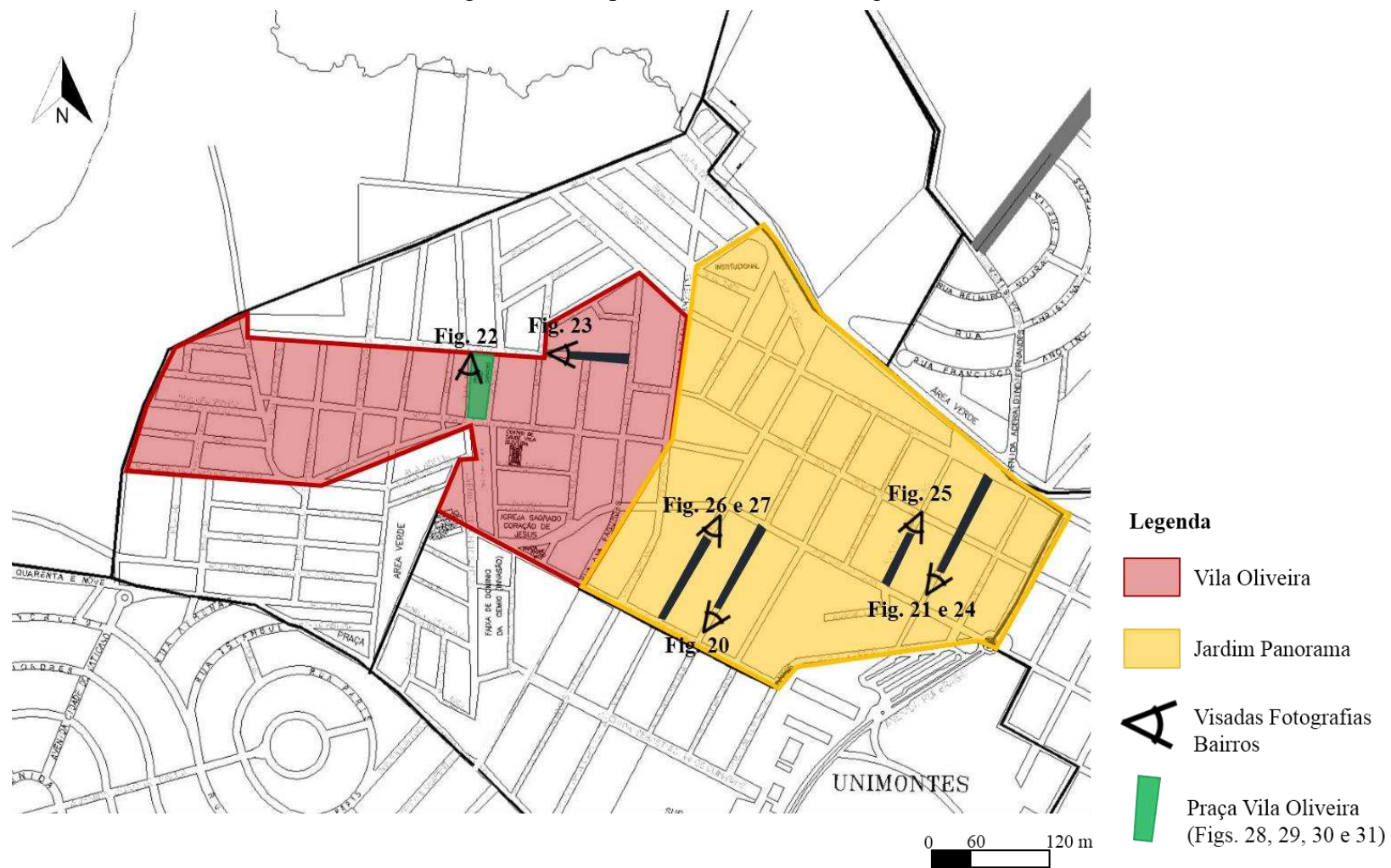
Nota-se que, com exceção dos anos de 2012 e 2013, o número de crimes no bairro Jardim Panorama foi sempre maior do que no bairro Vila Oliveira, o que pode ser explicado pela questão socioeconômica mais privilegiada do bairro e, também, pelos fatores relacionados ao enclausuramento e ao esvaziamento do

espaço público que acontecem de maneira muito mais drástica no Jardim Panorama, facilitando a prática de crimes. Tendo em vista todas as discrepâncias entre os bairros, já tratadas nesta pesquisa, e os depoimentos dos entrevistados é possível perceber que a forma como a população de cada bairro sente e interpreta o medo é distinta. Além disso, pode-se perceber que mesmo com a diminuição do número de crimes, em alguns anos, as pessoas continuam afirmando que a violência só aumentou ao longo do tempo, e demonstram que o medo da violência está presente de forma crescente no cotidiano desses bairros. Tal fato mostra que o medo da violência se manifesta, independentemente, da presença de ameaça ou risco reais, assim como foi tratado no item 1.2 deste trabalho.

Através das entrevistas foi possível compreender que as diferenças sociais existentes entre os bairros são determinantes para a forma como a população vivencia o medo da violência, além disso, com o relato dos entrevistados se comprovou a presença das transformações causadas pelo medo.

Após tratar sobre as consequências sociais causadas pelo medo nos bairros estudados, se torna possível analisar as consequências físicas e morfológicas observadas no espaço urbano, na arquitetura e na paisagem urbana de cada bairro. A localização das ruas e dos espaços que serão retratados nas fotografias pode ser observada no mapa da figura 19 a seguir:

Figura 19 – Mapeamento das áreas fotografadas



Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros (2008)
Elaborado pela autora (2017)

Figuras 20 e 21 – A arquitetura do medo no bairro Jardim Panorama



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

A arquitetura do medo no bairro Jardim Panorama se manifesta de forma mais ampla do que no Vila Oliveira. Absolutamente todas as residências do Jardim Panorama apresentam algum equipamento de proteção, e, na maioria das vezes, vários tipos de produtos de segurança em uma mesma edificação. A partir das figuras 20 e 21 pode-se observar a presença de muros muito altos, cercas elétricas, concertinas, todos juntos nas mesmas edificações. Sendo assim, baseado na definição de Caldeira (2000), constatou-se que as casas desse bairro podem ser consideradas verdadeiros enclaves fortificados.

Figuras 22 e 23 – A arquitetura do medo no bairro Vila Oliveira



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Já no Vila Oliveira, a incidência desse tipo de edificação é baixa. Nas figuras 22 e 23 pode-se notar que, apesar de algumas casas estarem incorporando alguns artifícios de proteção como cercas elétricas e concertinas, a maioria das residências apresenta apenas muros como artifício de proteção. Mesmo que as entrevistadas do Vila Oliveira não tenham relatado terem sido vítimas de ações violentas, o medo da violência e a busca por proteção começa a mostrar indícios neste bairro, apesar de ser muito menor, se comparado com o Jardim Panorama. A diferença arquitetônica e estética entre os dois bairros é nítida. O bairro Vila Oliveira, apesar de estar iniciando um processo sutil de enclausuramento, com a construção de muros nas residências, ainda não se mostra como um bairro dominado pela arquitetura do medo, como o Jardim Panorama.

Constatou-se que, atrelado a todos os fatores sociais já abordados, o bairro de alta renda se mostra como um bairro formado por enclaves fortificados, fato que comprova a problemática da autosegregação por parte das elites nas cidades¹⁴. A segregação socioespacial - tratada no referencial teórico desta pesquisa - é um fator evidente na realidade dos bairros analisados.

Além da arquitetura do medo, uma outra transformação causada pelo medo da violência que ocorre de forma diferenciada nos dois bairros analisados é o esvaziamento do espaço público. Nas figuras a seguir é possível visualizar como o esvaziamento do espaço público se manifesta em cada um dos bairros. É importante salientar que as fotografias foram tiradas em um dia útil, em horário comercial, mostrando que a situação apresentada nas imagens pode ser considerada a dinâmica pública usual de tais bairros.

¹⁴ Temática tratada por Lojkine (1981); Villaça (2001); Souza (2006) e Caldeira (2000) e exposta no capítulo 2 deste trabalho.

Figura 24 – Espaço público (Jardim Panorama)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Figura 25 – Espaço público (Jardim Panorama)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Figura 26 – Espaço público (Jardim Panorama)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Figura 27 – Espaço público (Jardim Panorama)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Com a utilização expressiva da arquitetura do medo nas edificações do Jardim Panorama, consequentemente, este bairro apresenta um evidente esvaziamento do espaço público (Figuras 24, 25, 26 e 27). As ruas do bairro ficam vazias em qualquer período do dia ou da noite. O trânsito de automóveis é expressivo, pois a movimentação de pessoas é feita majoritariamente pelo transporte individual, fazendo com que o trânsito de pessoas a pé no bairro seja praticamente nulo. Como já foi mencionado, o Jardim Panorama é um bairro predominantemente residencial, o que minimiza o fluxo de pessoas. Além disso, não existe neste bairro nenhum espaço de interação entre os moradores, como uma praça. Sendo assim, não há nenhum tipo de convívio social entre os indivíduos desse bairro. Tais características mostram como o espaço público do Jardim Panorama não possui o caráter de aglutinador de pessoas, não serve como espaço de interação social e de movimentação, perdendo, assim, seu caráter público e causando ainda mais medo.

Figura 28 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Figura 29 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Figura 30 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Figura 31 – Espaço público (Praça do Vila Oliveira)



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa (2016)

Já no Vila Oliveira, a vizinhança se conhece. O uso do solo é misto, com comércios locais utilizados por moradores do bairro, fato que colabora para a movimentação e diversidade das ruas. Existe uma praça (Figuras 28, 29, 30, 31) muito utilizada pelos residentes do bairro, principalmente no final da tarde. A praça possui equipamentos de ginástica bastante utilizados. Mesmo que o medo da violência exista, de alguma maneira, nos dois bairros, o espaço público do Vila Oliveira é, nitidamente, mais utilizado se comparado ao Jardim Panorama. Percebeu-se a existência de interação entre os moradores deste bairro, havendo movimento e diversidade nas ruas, fator que colabora para a “vigilância natural” abordada por Jacobs (2000), e conseqüentemente, diminui a incidência de crimes e do medo da violência.

Após essa análise feita acerca dos bairros de estudo, foi possível concluir que o medo da violência está presente na realidade desses bairros, embora com as diferenças aqui ressaltadas, trazendo consequências para o espaço e para a vida urbana dessas áreas e para a cidade, como um todo. Este estudo de caso fez com que os processos relacionados ao medo da violência criminal fossem investigados e comprovados na prática, trazendo o debate sobre essa problemática de forma concreta. Elucida-se, também, que as transformações causadas pelo medo da violência abordadas neste trabalho foram observadas em um contexto mais específico, que é o caso dos bairros Vila Oliveira e Jardim Panorama, mas pode ser verificado/extendido no contexto de toda a cidade de Montes Claros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de enfraquecimento das relações sociais, o medo da violência se mostra como um forte elemento de intensificação dos processos de isolamento e segregação no cotidiano das cidades brasileiras. O processo de urbanização capitalista, a partir da violência, cria condições para que o medo e o sentimento de insegurança se instalem na sociedade, abrindo espaço para consequências que interferem na conformação do espaço urbano e na forma como a população se relaciona entre si e com a cidade.

O debate apresentado no referencial teórico tem relação com o objetivo geral deste trabalho e tem o intuito de mostrar que o medo da violência e seus agentes (a mídia do medo e a indústria do medo) são capazes de produzir alterações no espaço urbano (a dispersão urbana, a estigmatização territorial, a segregação socioespacial, a arquitetura do medo e o esvaziamento do espaço público) que refletem em problemas sociais de exclusão e de separação entre classes, explicitando, assim, a lógica do processo de urbanização capitalista. É importante que se entenda que todos esses processos mantêm relações diretas entre si e acontecem de forma simultânea, pois fazem parte de uma mesma dinâmica de estruturação social e espacial das cidades contemporâneas - a dinâmica capitalista.

Tal abordagem teórica se fez pertinente para que se pudesse atingir os objetivos específicos propostos para esta pesquisa: investigar se a violência e o medo causam modificações físicas e sociais no espaço urbano da cidade de Montes Claros – MG e analisar como as consequências urbanas e sociais causadas pelo medo da violência se manifestam em dois bairros de diferentes classes sociais de Montes Claros.

A pesquisa empírica demonstrou, através de entrevistas, fotografias e análises visuais de cada bairro, como o medo da violência se comporta nesses espaços e que tipos de agravamentos podem ser causados por ele. Levou-se em consideração as realidades econômicas e sociais desses bairros e os tipos de interação que eles apresentam, já que são bairros limítrofes.

Assim, procurou-se mostrar como as consequências causadas pela violência intrínseca ao processo de urbanização capitalista e as transformações

causadas no espaço urbano pelo medo da violência criminal - abordadas no capítulo 2 – se manifestam no caso de Montes Claros, sendo assim, possível comprovar a existência desses processos em uma cidade média brasileira, fazendo com que a investigação principal desta pesquisa fizesse sentido e se justificasse.

Os resultados obtidos mostraram que, primeiramente, com a caracterização da expansão urbana de Montes Claros, foi possível perceber que a cidade vem apresentando, desde a década de 1970, uma forte dispersão dos tecidos urbanos, com o espraiamento da malha urbana de forma rápida e ampla. Comprovou-se que tal fato vem acompanhado da segregação socioespacial e da criação de enclaves fortificados, já afirmando a presença de três processos relacionados ao modo de produção capitalista e ao medo da violência na cidade.

Saindo do âmbito geral de análise da cidade como um todo e passando para a análise dos bairros Vila Oliveira e Jardim Panorama, foi possível identificar mais claramente as consequências trazidas pelo medo da violência. As teorias sobre a estigmatização territorial e a segregação socioespacial foram nitidamente verificadas no contexto de relação entre os dois bairros. Percebeu-se que o bairro Vila Oliveira - que apresenta população de baixa renda – acaba sendo estigmatizado pelos moradores do bairro Jardim Panorama – que possui população de alta renda. É visível que os padrões de segregação socioespacial estudados por Lojkine (1981) e Villaça (2001), que foram expostos no capítulo 2 deste trabalho, se confirmam na realidade de Montes Claros.

A arquitetura do medo também foi uma consequência percebida na realidade dos bairros estudados. Tanto o Vila Oliveira, quanto o Jardim Panorama apresentam modificações em sua arquitetura e paisagem urbana causadas pela utilização de artifícios de proteção. Entretanto, como foi possível observar durante a análise, o bairro de alta renda tem a arquitetura do medo presente de forma mais forte e complexa, se comparado à realidade do outro bairro. No Jardim Panorama, todas as residências seguem os padrões dos enclaves fortificados, já no Vila Oliveira, algumas casas começaram a adquirir essas características a pouco tempo.

Essa mesma lógica de diferenciação na manifestação do medo da violência e de suas consequências de acordo com o contexto social de cada bairro se aplica na questão da utilização do espaço público. O Jardim Panorama, além de ser um

bairro de alta renda, é um bairro, predominantemente, residencial e não apresenta utilização do espaço público. Já o Vila Oliveira, possui uso misto do solo, com comércios locais, escolas, postos de saúde, igrejas e apresenta uma utilização do espaço público e uma interação entre sua população mais expressivas, se comparado ao outro bairro. Apesar de os moradores dos dois bairros relatarem que, ao longo dos anos, a frequência do uso do espaço público foi diminuindo drasticamente, nota-se que a realidade entre os dois bairros ainda é muito diferente.

Essas diferenças mostram que o medo da violência e seus desdobramentos, apesar de existirem de forma generalizada em toda a cidade, se manifestam e são vistos de formas distintas de acordo com o contexto social de cada espaço. A partir das entrevistas com os moradores de cada bairro, foi possível perceber que a forma como as diferentes classes sociais lidam com essas questões no cotidiano diferem muito e carregam as particularidades abordadas ao longo deste trabalho. A estigmatização territorial, a segregação socioespacial e a exclusão social para com os moradores do Vila Oliveira puderam ser comprovadas a partir de discursos dos moradores do Jardim Panorama. Além disso, a forma como cada classe social interpreta o crescimento da violência e do medo, e a forma como essas classes enxergam as possíveis soluções para estas problemáticas evidenciam a estrutura capitalista da sociedade e do espaço da cidade.

Os resultados obtidos nesta pesquisa comprovaram que o medo da violência se manifesta no espaço urbano, trazendo consequências que alteram a morfologia das cidades e a vida em sociedade, prejudicando o direito à cidade e comprometendo a qualidade de vida dos cidadãos. Montes Claros se mostrou como um estudo de caso pertinente já que é uma cidade média, centralidade da região do Norte de Minas, que vem se desenvolvendo e passando por processos de transformação que abrangem a proliferação dos problemas trazidos pelo processo de urbanização capitalista e pela reação ao medo da violência criminal, abordados neste trabalho.

O medo da violência e as transformações causadas por ele no espaço urbano devem ser analisados de forma ampla e conjunta com as outras problemáticas existentes nas cidades. As soluções para as questões expostas neste

trabalho devem ser estudadas de forma a abranger todos os agentes de produção do espaço urbano com vistas a valorizar a inclusão social, o direito à cidade, a segurança urbana para todos e a participação popular.

Esta pesquisa não teve a intenção de esgotar a discussão sobre as questões trazidas pelo medo da violência para as cidades e para a sociedade. A intenção é voltar a atenção para os agravantes que questões como as abordadas no trabalho criam e mostrar, a partir das análises, que a estrutura urbana e social das cidades precisa ser compreendida e avaliada a todo momento, pois as cidades estão em constante processo de transformação.

A partir do que foi apresentado nesta pesquisa, pode-se abrir caminho para investigações mais aprofundadas acerca da relação entre o medo da violência e as problemáticas encontradas no espaço urbano das cidades brasileiras e, também, para estudos que procurem soluções para tais questões. Acredita-se, portanto, que esta pesquisa pôde trazer à tona aspectos importantes para o entendimento das manifestações sociais e físicas causadas pelo medo da violência no espaço urbano e, a partir disso, proporcionar debates que devem ser sempre renovados no âmbito do planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, M. W. (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- AMORIM FILHO, O. B. A Evolução dos Estudos sobre Cidades Médias em Minas Gerais. In: SATHLER, D. AMORIM FILHO, O. B. VARAJÃO, G. F. D. C. **Cidades médias: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina**. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 11 – 85, 2015.
- BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. Ed. Cortez. São Paulo, 2004, 224 p.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- CALDEIRA. T. P. R. **Cidade de muros**: crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000, 399 p.
- CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, p.155-176, 1997.
- CARRIÓN M, F. Redalyc. Violencia urbana: un asunto de ciudad. v. XXXIV, p. 1–21, 2009.
- CARVALHO, M. A. R. Cidade escassa e violência urbana. In: **Série Estudos**. Rio de Janeiro. Nº 91, 1995. pp.55-65.
- CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 590 p.
- _____. **A sociedade em rede**: a era da informação — economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra; 2008.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CUBAS, V. de O. A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2002.
- DAL POZZO, C. F. Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente, 2015.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente**: 1300 - 1800. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

FERRAZ, S. M. T; JORGE, I. C; GONÇALVES, C. Arquitetura da violência: medo, proteção e isolamento. **XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**. Florianópolis, SC, maio, 2009.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 6, p. 41–69, 1991.

FRANÇA, I. S. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. **Dissertação de Mestrado** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

_____. Indicadores sociais e econômicos para uma leitura do processo de fragmentação do espaço urbano e desigualdade social na cidade média de Montes Claros/MG. **Revista Desenvolvimento Social - UNIMONTES**, v. 6, p. 69-87, 2011.

FRANÇA, I. S; ALMEIDA, M. I. S; OLIVEIRA, R. S. Novos padrões de moradias em cidades médias: análise dos condomínios horizontais em Montes Claros/MG. **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Águas de Lindóia/SP, Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/site/anais.php?id=26#.V89SHvkrLDc>> Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Produção do espaço urbano e expansão dos empreendimentos horizontais: análise de Montes Claros/MG após a década de 2000. **Revista de Geografia (UFPE)**. V. 31, No. 2, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GOMES, F. S. Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (Re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais. **Dissertação de Mestrado**. Escola de Arquitetura da UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

GOMES, P. I. J. Reação social e vitimização em Montes Claros/MG: um diagnóstico do perfil das vítimas de crime e da subnotificação entre junho de 2008 e julho de 2009. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2010.

GOMES, P. I. J. Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos**. n. 6, v. 2, p. 6-35, 1982.

HOPENHAYN, M. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 5-18, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3143302>> Acesso em: 28 jan. 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**: 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Região de Influência das Cidades/REGIC**: Rio de Janeiro, 2007.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição, 2000.

LEITE, M. E. Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica da favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG. **Tese de Doutorado**. Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOZANO, S. G. Vivir la inseguridad en la ciudad de México. **El Cotidiano**, v. 21, n. 135, p. 18-29, 2006.

MAIA, R, S. A indústria do medo e o consumo da segurança – Impactos sobre a vida urbana. **VII Congresso Português de Sociologia**. Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2012.

MELO, Z. M de. Estigmas: espaço para exclusão social. **Revista Symposium**, ano 04, n. especial, Universidade Católica de Pernambuco, p. 18–22, 2000.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. **Mapa urbano de Montes Claros**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação/SEPLAN. Divisão de Informações Geográficas, 2005. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/infraestrutura/mapas.htm>> Acesso em: 15 jan. 2016.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. **Mapa urbano com perímetro de bairros**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação/SEPLAN, 2008. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/infraestrutura/mapas.htm>> Acesso em: 15 jan. 2016.

MOREIRA, C. A indústria do medo e a vida na cidade. **Arquitextos**, ano 03, n. 035.01. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/692>> Acesso em: 27 nov. 2016.

MOSER, M. JONES, S. Riqueza, desigualdade e polarização social na União Europeia. **Explicativo EAPN**, n. 3. Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), 2011. Disponível em: <http://www.eapn.pt/iefp/docs/Riqueza_Desigualdade_e_Polarizacao_Social_PT_web.pdf> Acesso em: 15, dez, 2016.

MOURA, A. A. P; PRATA, M. H. Morphological Analysis and Urban Intervention in a Piece of Montes Claros: The Conferência Cidade Cristo Rei. **International Seminar on Urban Form**, Ouro Preto, MG, 2007.
NYGAARD, P. D. **Espaço da cidade; segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. 2, p. 277–300, 2007.

OLIVEIRA, M. F. M. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVEIRA, M. F. M (*et al*). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

PEIXOTO, B. T. LIMA, R. S de. DURANTE, O. M. Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. **São Paulo Perspec.** vol.18, no.1, São Paulo, 2004.

PEREIRA *et al*. Perfil intra e inter-urbano de uma cidade média: um estudo sobre Montes Claros/MG (BR). **XII Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL**. Montevideo, Uruguay, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12.html>> Acesso em: 28 jan. 2017.

REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M.M.S.; SPOSITO, M.E.B. **Brasil: estudos sobre dispersão urbana**. Universidade de São Paulo, Laboratório de Estudos sobre Urbanização, A. e P. (Eds.), 2007. FAU-USP, São Paulo, Brasil.

RONDELLI, E. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**, p. 145–157, 1998.

ROSA, E. M. *et al.* Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 4, p. 827-839, 2012.

SÁ, T. V. Segurança e seu sentimento na cidade. VI Congresso Português de Sociologia. **Atas do IV Congresso Português de Sociologia**. Coimbra, Portugal, 2000. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF> Acesso em: 27 out. 2016.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, p. 55 – 84, 2015.

SAMPAIO, R. A. Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2011.

SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S. S.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, v. 277, p. 918-924, 1997.

SARAVÍ, G. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. **Eure (Santiago)**, v. 34, n. 103, p. 93–110, 2008.

SILVA, B. F. A. da; FILHO, C. C. B. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. 156-170, 2013.

SOARES, P. R. R. Da cidade compacta à dispersão urbana : análise das formas de crescimento urbano e de segregação espacial na cidade de Pelotas (RS). **X Encontro Nacional Anpur**, p. 1–15, 2003.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 288 p.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP/FCT, 2001, p. 609-643.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, M. E. **Espaços fechados e cidades**: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013, 359 p.

TAVARES, D. A. Arquitetura da violência: Um estudo sobre insegurança pública em Belém em meio à segregação social e a cultura da barbárie. **3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia: Amazônia e Sociologia: fronteiras do século XXI**. Manaus, AM, 2012.

VELHO, G. O grupo e seus limites. **Revista USP**. n. 9, São Paulo, 1991.

VIEIRA, A. F. R. Montes Claros – Potencialidades. **Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros (ACIMOC)**. Montes Claros, 2012. Disponível em: <<http://www.acimoc.com.br/site/institucional/11/potencialidades-montes-claros.html>> Acesso em: 20 mar. 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001, 2ª ed., 373 p.

WACQUANT, L. *Parias urbains. Ghetto, banlieues, État* (Paris: La Découverte, 2006).

WARR, M. Fear of crime in the United States: avenues for research and policy. **Criminal Justice**. Measurement and analysis of crime and justice. Washington, DC: US Department of Justice, v. 4, 2000.

WHITACKER, A. M. Centralidade intraurbana e morfologia em cidades médias: transformações e permanências. **XI Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII)**. Mendoza – Argentina, 2010.

ANEXO I
PESQUISA DE CAMPO – ROTEIROS DE ENTREVISTA

Roteiro 1 - Polícia Militar de Montes Claros (11ª RISP):

Dados de identificação:

Nome:
Naturalidade:
Idade:
Profissão:

- 1 - A quanto tempo você possui esse cargo na RISP?**
- 2 - Qual é o papel da instituição na cidade de Montes Claros?**
- 3 - Você acha que a violência no município vem aumentando nos últimos anos?**
- 4 - Existem estatísticas sobre esse o aumento ou diminuição da criminalidade nos bairros de Montes Claros disponíveis nessa instituição?**
- 5 - Na sua opinião, quais são os motivos para esse aumento da criminalidade na cidade?**
- 6 - Na sua visão, a falta de utilização do espaço público da cidade está interligada com a violência?**
- 7 - Existem planos ou ações previstas pela instituição para amenizar o problema?**

Roteiro 2 – Empresa de segurança privada:

Dados de identificação:

Nome:
Naturalidade:
Idade:
Profissão:

1 - A quanto tempo a empresa atua no mercado da segurança em Montes Claros?

2 - Quais são os tipos de serviços/produtos oferecidos pela empresa?

3 - Além do monitoramento, a empresa também faz instalação de produtos como cerca elétrica etc.?

4 - Desses serviços, quais são os mais procurados pela população?

5 - Quais são os bairros da cidade onde há mais procura pelos serviços?

6 - Quais tipos de clientes mais procuram pelos serviços?

7 - A procura pelos serviços aumentou nos últimos anos? Existe alguma estatística desse aumento na empresa?

8 - A empresa trabalha com vigilância de ruas? Percebe se há mais movimentação em ruas onde esse serviço é contratado?

9 - O que tem mudado, na percepção da empresa, com relação ao medo da violência e à segurança na cidade?

Roteiro 3 – Comerciantes e moradores dos bairros:

Dados de identificação:

Nome:
Naturalidade:
Idade:
Profissão:
Bairro:

1 - A quanto tempo seu estabelecimento existe nesse bairro?

2 - Na sua opinião, o número de crimes aumentou nos últimos anos?

3 - Atualmente você considera o bairro:

() Muito seguro () Seguro () Razoavelmente seguro () Violento () Muito Violento

4 - Você já sofreu algum tipo de violência nas ruas do bairro ou dentro da sua loja?

5 - Já foram feitas reformas no comércio por causa da violência?

6 - Você acha que as ruas do bairro já foram mais vivas? As pessoas utilizavam mais as ruas?

7 - Você nota alguma diferença na segurança das casas do bairro ao longo dos anos? O que mudou?

8 - Você sabe se os moradores costumam se mudar muito do bairro por causa do medo da violência?

9 - Na sua opinião, o que faz com que as pessoas se sintam inseguras nesse bairro?

10 - Para você, qual seria a solução para aumentar a segurança no bairro?